

1. Palmares: batalhas da guerra seiscentista sul-atlântica

in Flávio dos Santos Gomes e João José Reis, *Revoltas Escravas no Brasil*,
Companhia das Letras, São Paulo, 2021, pp.30-72.

Luiz Felipe de Alencastro

HISTÓRIA GERAL DAS GUERRAS SUL-ATLÂNTICAS: O EPISÓDIO DE PALMARES¹

O balanço da Guerra dos Trinta Anos no ultramar português fora desastroso, sobretudo na Ásia. Além da ocupação temporária de Pernambuco, de Angola e de São Tomé pelos holandeses, Portugal perdera definitivamente São Jorge da Mina (1637) e, no Estado da Índia, Malaca (1641), Colombo (1656, Sri Lanka), Coulão (atual Kollam, no Kerala, 1661) e Cochim (atual Kochi, 1663, *idem*). Abalando o trato da pimenta e a logística indo-asiática da rota Lisboa-Goa-Macau, essas perdas provocam uma recentragem da estratégia metropolitana no Atlântico Sul em meados dos Seiscentos. Tudo passara a depender do escravismo açucareiro sul-atlântico. Como declarou d. João IV a um diplomata francês em 1655, o Brasil se tornara “a vaca de leite” de Portugal².

De maneira mais global, o conflito luso-holandês demonstra, nos seus fronts do Atlântico e do Pacífico, as diferenças geopolíticas entre o sistema de feitorias asiático e o sistema escravista sul-atlântico. Na “guerra das especiarias”, em que o alvo era restrito às feitorias asiáticas, onde a produção era controlada pelos nativos, Portugal perde. Na “guerra do açúcar”, em que a disputa ganhava uma dimensão transatlântica, tendo como objeto as plantações do Brasil, controladas pelos moradores, e os portos negreiros de Angola, Portugal ganha. Graças, sobretudo, à ajuda dos seus colonos sul-americanos, que dará lugar em seguida à cogestão luso-brasílica do Atlântico Sul.

Nesse arco de guerras transoceânicas desencadeadas pela invasão holandesa no Atlântico Sul ibérico, e prolongadas pelas guerras da restauração ultramarina, há quatro momentos decisivos que serão analisados a seguir. Dois no Centro-Oeste africano: as vitórias luso-brasílicas em Ambuíla, eliminando a soberania do rei do Congo (1665), e em Pungo Andongo (1671), assujeitando em definitivo o reino do Dongo. Dois outros no

Nordeste brasileiro, a “Guerra dos Bárbaros” (1651-1704) e a Guerra de Palmares (1605-1694). Mais longo conflito de toda essa série de batalhas, a guerra contra os quilombos de Palmares envolveu portugueses, luso-brasílicos, afrobrasílicos e holandeses, constituindo um episódio marcante da vertente ultramarina da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), que Charles R. Boxer considerava a “primeira guerra mundial”.

“GUERRA VIVA” E “GUERRA DE COATA-COATA”

À diferença dos enfrentamentos portugueses no Marrocos ou na Ásia, eventualmente enaltecidos como etapas da guerra planetária contra o islã, os combates contra os nativos dos dois lados do Atlântico Sul foram muitas vezes depreciados na corte. Sobretudo em meados do século XVII, quando as ações militares contra os holandeses no Brasil — a guerra brasílica — ganham o estatuto de “guerra viva”. Situada logo abaixo das batalhas contra os espanhóis nas fronteiras reinóis e dos conflitos na Índia, a participação na “guerra viva” podia dar precedência aos combatentes que pleiteavam promoções e benesses da Coroa. Nessa conjuntura, João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros galgaram altas posições na hierarquia administrativa lusitana. Fato excepcional no ultramar, os dois capitães brasílicos emergiram de tropas irregulares para obter governos no Brasil e em Angola, como também comendas e alcaidarias no reino, graças à sua liderança na guerra contra os holandeses.⁴ Bem conhecido e estudado, esse episódio das guerras no Atlântico Sul não será abordado, mas servirá de parâmetro à problemática aqui analisada.

Observe-se que a corte teve bem menos consideração com outros capitães coloniais. No caso dos capitães de bandeiras, pesava o aparato legal filipino e bragantino que punia o cativo dos índios para privilegiar a atividade dos missionários junto aos nativos. Não obstante, Amador Bueno, líder dos bandeirantes, leva à corte uma representação alegando o privilégio “imemorial e antiquíssimo” da preação de indígenas alegadamente reservado aos paulistas. Copiado das petições das câmaras reinóis e anacrônico na América, o argumento da antiguidade buscava dar embasamento histórico às práticas regionais de pilhagem de indígenas.⁵

Não obstante, os tribunais reprovavam as “entradas do sertão”. Examinava-se, em 1656, a petição de Antônio Pereira de Azevedo, comandante da segunda coluna da chamada “Bandeira dos Limites” (1648-1651), chefiada por Raposo Tavares, e veterano

da guerra holandesa. Candidato a provedor da capitania do Espírito Santo, Azevedo obteve o cargo. Porém, Salvador de Sá, membro influente do Conselho Ultramarino, fez uma restrição significativa no seu voto. Para ele, Azevedo merecia o posto por ter lutado na guerra brasileira. Mas não devia receber “satisfação” por sua participação na bandeira de Raposo Tavares, nos “serviços das entradas do sertão”.⁶

Dado o papel-chave do sistema escravista-açucareiro na sobrevivência do Portugal bragantino, era preciso consolidar a Pax Lusitana no Atlântico Sul. Comunidades ameríndias, afro-brasílicas ou africanas insurretas ou propensas a se aliar com rivais europeus passam a ser frontalmente combatidas.

Observando a situação do Maranhão e do Pará, o padre Bettendorf resume a virada numa frase lapidar:

Apregoada a guerra com os holandeses (1657-1661), tratou-se de fazer pazes com estas nações [indígenas] todas, ou empenhar as forças do Estado para as destruir, pelo perigo que se considerava de qualquer nação inimiga se unisse com estes bárbaros para se assenhorear destas capitanias.⁷

Escrevendo na mesma época sobre os indígenas da serra de Ibiapaba (Ceará), acusados de terem se aliado aos holandeses, o padre Antônio Vieira redige um de seus textos mais desumanos, mais vindicativos:

eram verdadeiramente aquelas aldeias [de Ibiapaba] uma composição infernal, ou mistura abominável de todas as seitas e de todos os vícios, formada de rebeldes, traidores, ladrões, homicidas, adúlteros, judeus, hereges, gentios, ateus, e tudo isto debaixo do nome de cristãos, e das obrigações de católicos.⁸

Sob o fogo das espingardas e a persuasão de missionários, tréguas foram estabelecidas por um tempo com os indígenas de Ibiapaba, com os do sertão baiano, e com a rainha Jinga (1582-1663), reconvertida ao cristianismo em 1657, aos 75 anos de idade. Noutras partes, comunidades nativas recalcitrantes foram dizimadas. Com a ativa participação de bandeirantes transformados em jagunços dos fazendeiros e criadores de gado do Norte, abre-se um largo front, do interior da Bahia até o Pará, conhecido como “Guerra dos Bárbaros” (1651-1704). Aqui, o epíteto “bárbaro” é sistematicamente associado aos índios arredios, increpados de “gentio bárbaro”. Tal expressão é menos frequente em Angola e não conheço outro conflito ultramarino lusitano intitulado “guerra dos bárbaros”. Guerra sem quartel, esses conflitos marcam uma ruptura na América

portuguesa: pela primeira vez a ofensiva contra os índios toma uma dimensão exterminatória.

Uma ordem de 1688, do governador-geral Matias da Cunha (1687-1688), explicita o mandato para a chacina. Trata-se das instruções enviadas a Manoel de Abreu Soares, capitão-mor de uma força de pernambucanos, tropas dos Henriques, índios do Camarão, que fez junção com os paulistas de Domingos Jorge Velho e rumou para a ofensiva contra os tapuias do Rio Grande, na chamada Guerra do Açu. Mais alta autoridade do Brasil, Matias da Cunha ordena o massacre de todos os índios adultos. Apenas mulheres e crianças podiam ser escravizadas. “Vosmecê deve fazer em não consentir que deixem de degolar os bárbaros grandes só por os cativarem, o que principalmente farão aos pequenos e às mulheres de quem não podem haver perigo que ou fujam, ou se levantem.”⁹ “Não consentir.” O preceito de poupar a vida do inimigo para transformá-lo em cativo que, desde Xenofonte, na Antiguidade, levava os povos escravistas a conceber o cativo como um ato de generosidade, é aqui abolido.¹⁰

Concentrando paulistas e outros milicianos na região, a ofensiva anti-indígena exacerbou a violência colonial e forneceu tropas experimentadas ao front da serra da Barriga. A “Relação das guerras feitas” diz que a “fama” de Fernão Carrilho, conhecido como matador de tapuias e quilombolas na Bahia, levou o governador de Pernambuco a chamá-lo para assumir o comando antipalmarista.¹¹

Nesse contexto, apesar da oposição dos jesuítas e do Regimento das Missões (1686),¹² que refreava as razias ao norte da capitania do Ceará (integrada ao Estado do Brasil em 1654), os conselhos palatinos mudaram de opinião e passaram a avalizar as guerras contra os índios. Sobretudo no teatro de operações da Guerra dos Bárbaros.

Desse modo, numa decisão de 1696, favorável à concessão do hábito de Cristo e do foro de fidalgo ao paulista Manoel Alvarez de Moraes Navarro, que combatera em Palmares e avançava com seu terço contra os índios do Rio Grande, o Conselho Ultramarino toma o contrapé do voto emitido quarenta anos antes por Salvador de Sá. Exaltando o papel dos milicianos na conquista da América, o Conselho sentencia,

suposto os serviços do mestre de campo Manoel Alvarez de Moraes Navarro, não sejam de matrícula [de tropa regular], são, contudo, os mais relevantes, e os mais importantes do serviço de V. M., pois se empregou em defesa de seus vassalos e conquista das terras do Brasil, os quais [serviços] nunca podem ter matrícula por serem obrados nos Sertões.¹³

Tirando proveito da situação, Domingos Jorge Velho, numa carta escrita ao rei pouco depois do ataque final à fortificação do Macaco, em Palmares, elabora uma “breve digressão” sobre a legitimidade das entradas paulistas. Seu conteúdo é conhecido. Cito-o para sublinhar seu audacioso argumento ideológico:

Nossas tropas com que íamos à conquista do gentio bravo desse vastíssimo sertão, não é de gente matriculada nos livros de V. M. nem obrigada por soldo, nem por pão de munição. São umas agregações que fazemos alguns de nós, entrando cada um com os servos de armas que tem e juntos íamos [...] não a cativar, como alguns hipocondríacos pretendem fazer crer a V. M., senão [a] adquirir o Tapuia gentio bravo e comedor da carne humana para o reduzir ao conhecimento da urbana humanidade e humana sociedade à associação e racional trato, para por esse meio chegarem a ter aquelas Leis de Deus e dos mistérios da Fé católica que lhes baste para sua salvação [...] e se ao depois nos servimos deles para as nossas lavouras, nenhuma injustiça lhes fazemos, pois tanto é para os sustentarmos a eles e a seus filhos como a nós e aos nossos; e isto bem longe de os cativar, antes se lhes faz um irremunerável serviço em os ensinar a saberem lavrar, plantar, colher e trabalhar para seu sustento.¹⁴

Comentei noutro lugar que a correlação entre o trabalho colonialmente útil e a promoção social e religiosa dos nativos inverte os postulados doutrinários dos Descobrimentos. Domingos Jorge Velho sugere que a catequese devia suceder, e não preceder, a socialização compulsória dos índios. Retomado pelos procuradores das câmaras do Pará e do Maranhão nas décadas seguintes, esse arrazoado anuncia o *Directorio dos Índios* (1757). Decerto, o regulamento pombalino repudia a escravidão indígena, mas também prescreve, como Jorge Velho, que apenas a socialização pelo trabalho os prepararia à vida colonialmente útil e à catequização.¹⁵

Gerada pelas guerras preemptivas contra comunidades indígenas dissidentes, pela vitória de Palmares, pela expansão das fazendas de gado e pela “Guerra dos Bárbaros”, nasce uma conjunção de interesses entre os moradores do Norte e as autoridades coloniais e metropolitanas. Jorge Velho tira partido da caução régia dada à guerra anti-indígena no Norte para reabilitar as bandeiras capitaneadas desde as primeiras décadas do século pelos avós, pais e companheiros de Santana do Parnaíba (sua terra natal) e de São Paulo.

No outro lado do oceano, o estatuto das guerras contra os nativos também evoluía. A aliança entre Jinga, o rei do Congo, d. Garcia II Afonso, o Kimpaco, e os holandeses, quando a Companhia das Índias Ocidentais (West-Indische Compagnie, ou WIC) ocupava a região (1641-1648), pusera ambos na mira de Salvador de Sá após a retomada de

Luanda.¹⁶ Com a reconversão ao catolicismo da rainha Jinga e a cessação de hostilidades com Matamba (1657), o Congo vira o alvo principal dos luandenses. Despachadas pelo governador André Vidal de Negreiros, tropas reinóis, angolanas e brasílicas, incluindo gente dos Henriques, massacram no raso de Ambuíla, em outubro de 1665, o exército, a nobreza congoleza, o capuchinho Francisco de São Salvador, capelão régio, e o rei d. Antônio I Vita-a-Nkanga, filho de Kimpaco, alegadamente manipulado pelos espanhóis.¹⁷ O comandante da infantaria escravista era o luso-ambundu Luís Lopes Sequeira, o mais afamado capitão angolista.¹⁸

A coligação entre reinos africanos e rivais europeus de Portugal voltou a se concretizar na Batalha de Kitombo (1670), quando o conde do Soyo, fortalecido pelo comércio com os holandeses no porto de Pinda (no sul da foz do Congo), derrotou o exército de Luanda. Frente ao perigo, o governador de Angola, Francisco de Távora, pede diretamente ajuda às autoridades de Pernambuco e da Bahia. No Recife, a junta convocada pelo governador reuniu comandantes experimentados nas guerras contra os índios, os holandeses, os quilombos e os sobados africanos.¹⁹ Entre eles, Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros, ex-governadores de Angola, Cristóvão de Barros Rego, ex-governador de São Tomé, Zenóbio Acióli de Vasconcelos e Antônio Jácome Bezerra, todos veteranos da guerra brasílica. Os dois últimos, também coronéis dos regimentos do Recife e de Olinda, e mais tarde, comandantes de tropas antipalmaristas.²⁰ Ex-governador do Maranhão (1654-1656), onde dirigira ataques aos indígenas, governador de Pernambuco por duas vezes (1657-1661 e janeiro-junho de 1667), André Vidal de Negreiros interviu na Guerra de Palmares.²¹ Como se lerá abaixo, João Fernandes Vieira, também ex-governador da Paraíba (1655-1657), prepara em seguida ao menos dois relatórios, analisados pelo Conselho Ultramarino, sobre Palmares.²²

Távora informou a corte que, sem esperar ordens régias, o governador de Pernambuco e João Fernandes Vieira, este “com seus próprios recursos”, enviaram quatrocentos homens e cavalos, em quatro fragatas, para escorar as tropas portuguesas em Angola.²³ Na sequência, Vieira foi recompensado com o posto de superintendente das fortificações das capitanias do Norte do Brasil.²⁴

Meses depois, apoiadas pelas companhias da Bahia e de Pernambuco, as tropas portuguesas, brasílicas e angolanas conhecem melhor sorte, apoderando-se de Pungo Andongo, última capital independente do reino do Dongo (1671). Mesmo com o reforço militar vindo do Brasil, Távora não tentou um novo ataque contra o condado do Soyo, o qual, no final do século XVIII, ainda guardava como troféu os dois canhões portugueses

capturados em Kitombo. O fato ilustra a distância que separa a consolidação do domínio português no Brasil da relativa insegurança colonial reinante em Angola.²⁵

Contudo, as batalhas subsaarianas eram apreciadas de maneira diversa no reino. Após a vitória de Ambuíla, Vidal de Negreiros pleiteara quatrocentos escudos para distribuir como recompensa aos seus cabos e capitães. No Conselho Ultramarino, a soma foi considerada excessiva para gratificar vitórias no front angolano. Segundo o conselheiro Jerônimo de Mello de Castro, “a guerra de Angola não é capaz [qualificada] para quatrocentos escudos de vantagem [benefício], que é coisa muito grande e que só deve V. M. ser servido de mandar agradecer aos cabos o seu procedimento [...]”. Apesar dos votos favoráveis à demanda, proferidos por Feliciano Dourado, nascido na Paraíba (como Negreiros) e defensor constante dos comandantes brasílicos, e pelo presidente do Conselho, Jorge de Albuquerque, com prática na Índia (fora capitão-mor do Ceilão), a Coroa reduziu o prêmio para cinquenta escudos, pagos somente cinco anos depois.²⁶

Na altura em que tramitava a petição de Vidal de Negreiros, Antônio de Souza de Macedo publicou no jornal mensal *Mercurio Portuguez*, primeiro periódico político — de propaganda política — de Portugal, o relato da “Milagrosa victoria que as armas portuguesas alcançaram nas partes de Angola, do poderoso rey do Congo, que foy morto em huma batalha”. Confirmando o caráter preemptivo da guerra, Macedo interpreta a morte do rei do Congo e a destruição de seu exército em Ambuíla como um revide às manobras espanholas para sublevar Vita-a-Nkanga contra os portugueses: “Este fim teve aquele rei mal aconselhado, colhendo o fruto das persuasões de Castela”.²⁷

A chamada de capa do *Mercurio* do mês julho de 1666 era “A vergonhosa fugida do exército de Castela em Galiza”, relatando a contraofensiva portuguesa no norte da metrópole. Associada à guerra patriótica contra os espanhóis, vinha a notícia da “Milagrosa victoria” na África Centro-Occidental. O qualificativo “milagrosa” tinha a ver com a alegada vantagem numérica das tropas do Congo. Enquanto Vidal de Negreiros mencionava “100.000 arcos” inimigos em Ambuíla, número inverossímil, o capuchinho italiano Dionigi Carli, presente na época em Angola, exagera mais ainda, falando de quatrocentos soldados portugueses que teriam vencido 900 mil guerreiros do Congo.²⁸ Por um lado, excluía-se da conta as centenas de combatentes africanos da “guerra preta” que reforçavam as forças portuguesas. De outro lado, atribuíam-se um número astronômico às tropas inimigas.

“Milagrosa victoria” referia-se ainda à proteção oferecida aos combatentes portugueses por Nossa Senhora de Nazaré. Devoto da santa desde a guerra brasílica,

Negreiros construíra em 1664, na praia de Luanda, uma igreja dedicada ao seu culto. Nessa igreja, bem conservada nos dias de hoje, foi emparedada a cabeça de d. Antônio I Vita-a-Nkanga. Defensora de Negreiros na guerra brasílica, a santa se tornou protetora dos angolistas na guerra contra o Congo. Azulejos mais tardios, do século do XVIII, expostos na igreja, desenham-na pairando sobre a cena da Batalha de Ambuíla. Prefigurando a representação usada mais tarde na pintura de batalhas europeias na África, os azulejos mostram um enfrentamento em que uma massa desorganizada de guerreiros bacongos circunda umas poucas fileiras de soldados portugueses bem alinhados num quadrado: o caos africano assedia a ordem europeia.

Noutra notícia de Ambuíla, desta vez manuscrita e redigida por um combatente anônimo português, reitera-se a devoção particular de André Vidal de Negreiros por Nossa Senhora de Nazaré, “autora deste milagre e vitória” contra o rei do Congo.²⁹

No tocante à conquista de Pungo Andongo (1671), também capitaneada pelo angolista Luís Lopes Sequeira, cujo papel é decisivo nas batalhas de preação da época, existe um texto anônimo intitulado *Relaçam do Felice successo*, impresso em Lisboa no ano seguinte.³⁰ A narrativa é pontuada pelo cerco de treze meses das forças portuguesas, brasílicas e angolanas a Pungo Andongo, capital montanhosa (“quase inexpugnável”) do reino e pela morte heroica do rei do Dongo, d. João Hary, o qual, capturado por um soba aliado de Luanda, fechou os olhos, recusando-se a olhar os portugueses, e pediu que lhe cortassem a cabeça para não cair prisioneiro deles. O relato dos combates nos desvãos das colinas de pedra negra de Pungo Andongo lembra a descrição da guerra anti-palmarista da “Rellação Verdadeyra” falando do cerco ao forte do Macaco, da resistência de Zumbi e da luta final nos “despenhadeiros e rochedos” da serra da Barriga.³¹ Outra versão da Batalha de Pungo Andongo, divulgada mais tarde, traz a narrativa mais para perto da morte Zumbi, como veremos em seguida, afirmando que após sua derrota, d. João Hary “se jogou de cima de um rochedo”.³²

Tratando do desastre militar em Kitombo (1670), a *Relaçam do Felice successo* amplia o leque retórico das guerras africanas. Atribuído a negligências após uma primeira vitória que redundara na morte do conde do Soyo, o desbarato das tropas portuguesas recebe duas explicações. A primeira sublinha a valentia e a adaptação dos africanos ao clima quente, e sua habilidade com as armas de fogo adquiridas dos holandeses, incluindo quatro canhões de campanha:

porque os negros são tão valorosos, que pelejando a natureza a seu favor contra a força do Sol, ainda que na cor mostrem os ferretes de vencidos, na resistência do clima, e resolução do ânimo, triunfam como vencedores, e as armas iguais [às portuguesas] com que hoje pelejam, os fazem mais incontrastáveis.

No mesmo registro heroicizante, a “Relação das guerras feitas” fala do “singular valor, grande ânimo e constância rara” de Zumbi, “general das armas” de Palmares, enquanto a “Relação Verdadeyra” diz que Camuanga, também comandante palmarista, era um negro “valente e grão-corsário”. Nos dois casos, as referências à coragem ou à obstinação dos inimigos seguem o padrão clássico de valorizar os inimigos já presente na *Iliada*, servindo aqui para dar relevo à bravura dos comandantes das tropas coloniais.³³ Ou seja, os inimigos africanos e afro-brasílicos são intrépidos, mas os portugueses o são ainda mais.

A segunda explicação sobre o desbarato português em Kitombo está nas atas do Conselho Ultramarino. Ali, Salvador de Sá, que seguia de perto as coisas de Angola, onde provavelmente ainda tinha informantes, faz um relato prosaico sobre a derrota colonial na guerra contra o Soyo. Para ele, a gana da tropa portuguesa em fazer mais escravos, além dos que haviam sido agarrados na primeira vitória, causara o desastre de Kitombo: “os ambiciosos cabos do nosso exército, não contentes com mais de 2 mil negros prisioneiros, quiseram adquirir outros, metendo-se por suas terras [...]”.³⁴

Em contraste com a Guerra dos Bárbaros, em que os índios aprisionados eram degolados e só acessoriamente cativados, nas guerras angolanas havia partilha organizada das “presas”, as quais eram atribuídas ao governador e aos cabos da tropa para serem vendidas aos negreiros de Luanda, tributadas pela Coroa e inseridas no circuito atlântico. Antes do incidente que provocou a derrota de Kitombo, a captura de poucas presas em Ambuíla já havia dado origem à insatisfação dos preadores e à quartelada que expulsou o governador Tristão da Cunha de Luanda (1667).³⁵ No outro lado do oceano, tropas engajadas contra Palmares na serra da Barriga, onde também se previa a divisão das “presas”, se envolvem num incidente parecido. Concluído o ataque à paliçada do Macaco, em 1694, tropas milicianas de Serinhaém e Porto Calvo se juntaram a uma parte dos paulistas e se amotinaram contra o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, exigindo que “se fizesse logo ali a partilha” dos palmaristas capturados. Jorge Velho não aderiu à revolta e acalmou seus soldados, os quais defenderam o capitão-mor e garantiram a distribuição dos 350 prisioneiros palmaristas.³⁶ Como se verá adiante, o objetivo principal de Jorge Velho em Palmares eram sobretudo as terras dos quilombolas.

Malgrado a reportagem do *Mercurio* e da *Relaçam do Felice sucesso*, os sucesso coloniais na África subsaariana permaneciam sendo menos conhecidos do que os do Brasil e menos reconhecidos que os da Índia. Partindo dessa constatação, Cadornega resolveu escrever sua *História geral das guerras angolanas* (1680).³⁷ No prólogo, ele explica que seu livro visava dar às guerras de Angola o lustre conferido a outros episódios ultramarinos e, em particular, à luta dos moradores do Brasil contra os holandeses.

E agora escrevendo o general das frotas do Brasil, e governador que foi de Pernambuco, Francisco de Brito Freyre, as guerras brasílicas com tanta bizzarria e elegância e verdade, só dos reinos de Angola e suas conquistas [...] [não houve] quem tomasse esta empresa a sua conta, e por não ficarem coisas de tanta consideração em esquecimento [...] me dispus a fazer este compêndio.³⁸

Centrados na ótica africanista, muitos leitores e estudiosos de Cadornega subestimam ou ignoram a faceta sul-atlântica de sua obra.

Em Lisboa, mais do que em qualquer outra capital europeia, a Guerra dos Trinta Anos era percebida como uma guerra mundial na qual se inseriam os combates contra os holandeses no Atlântico Sul. Como mostra a obra de Evaldo Cabral de Mello, tais combates estruturam a identidade pernambucana na América portuguesa. Paralelamente, sob a dupla influência das lutas contra os holandeses no front africano e da leitura de *Nova Lusitânia, história da guerra brasílica* (1675), Cadornega funda a identidade angolista no quadro de uma “história geral” associando a atividade negreira à luta patriótica contra o invasor holandês. Note-se que a *História* de Cadornega é a primeira obra sobre os europeus na África subsaariana escrita a partir do ponto de vista de colonos estabelecidos havia três gerações em Angola e no Congo, com suas duas câmaras municipais (de Luanda e Massangano), seus bispos (primeiro em São Salvador do Congo e depois em Luanda) e outros órgãos administrativos ibéricos transplantados para a região.

Nesta perspectiva, é interessante comparar a justificação da pilhagem colonial elaborada no Brasil e em Angola. Domingos Jorge Velho alegava a barbárie e o canibalismo dos índios para legitimar as bandeiras preadoras com o fito de trazê-los à comunidade colonial e ao cristianismo. Cadornega também refere o propalado canibalismo dos africanos para justificar sua escravização e subjugar-los à fé de Cristo. Porém, a explicação de Cadornega é mais complexa que a de Jorge Velho, dado que o trato de africanos, ao contrário da preação de índios, engendrava uma cadeia transatlântica

de trocas tributadas pela Coroa. Por isso, Cadornega sublinha o ganho mercantil das operações negreiras:

[o] resgate de peças que servem de utilidade ao comércio, e com estes resgates se evitam não haver tantos açougues de carne humana, e instruídos na Fé de Nosso Senhor Jesus Cristo indo batizados e catequizados se embarcam para as partes do Brasil ou para outras que têm uso católico.³⁹

Assumindo o objetivo escravista das campanhas militares em Angola, Cadornega tece o elogio “da guerra da gente portuguesa angolana, que alguns em seu desprezo lhe chamam guerra de negros, e de coata-coata [pega-pega], mas é pelas não verem, nem experimentarem, sendo elas pelo contrário as mais trabalhosas e de maior risco de quantas há no mundo [...]”.⁴⁰

Em busca de honrarias e prebendas da Corte, as autoridades coloniais também engrandecem a pilhagem. Logo após a vitória de Ambuíla, a Câmara de Luanda escreve ao rei Afonso VI para dar conta

do felicíssimo sucesso que as armas de V. M. tiveram na oposição que el-rei de Congo quis fazer [...]; debaixo da proteção de V. M. e da promessa de Deus esperamos ver a monarquia de Portugal tão dilatada que não só sirva de amparo e defesa [defesa] à Igreja, mas ainda de terror a toda a Mauritânia.⁴¹

Em *Os lusíadas*, Mauritânia se refere ao Marrocos, à África dos mouros (distinta da Guiné, isto é, da África negra), onde Portugal sofrera a catastrófica derrota de Alcácer-Quibir (1578). Em outras palavras, a Câmara de Luanda considera a vitória de Ambuíla contra o Congo como uma revanche a Alcácer-Quibir e aos reveses da guerra contra os mouros, ponto mais alto dos combates portugueses na África.

No outro lado do mar, o governador de Pernambuco, Caetano de Melo e Castro, não fez por menos. Numa carta ao rei datada de 1694, ele compara a vitória em Palmares à expulsão dos holandeses, sucedida quarenta anos antes, ponto mais alto das batalhas da América portuguesa: “Não me pareceu dilatar a V. M. a notícia da gloriosa restauração dos Palmares, cuja feliz vitória, se não avalia por menos que a expulsão dos holandeses”.⁴²

Além das narrativas mais ou menos elaboradas relativas às guerras dos dois lados do mar contra angolanos, quilombolas e índios, há a documentação sobre a itinerância de tropas entre o Brasil e Angola. Desde antes da Restauração, e até as primeiras décadas do século XVIII, cerca de 4 mil homens atravessaram o mar em diversas expedições, levando sua experiência sul-americana de combate para consolidar a expansão negreira na África Centro-Occidental. Em sentido inverso, boa parte desses militares e milicianos retornou ao Brasil com práticas e conhecimentos militares que serviram nos ataques aos negros e índios resistentes.

Assim, em abril de 1645, tropas para Angola embarcaram na Bahia (duzentos portugueses, angolistas refugiados na Bahia e brasílicos, entre os quais 32 mosqueteiros afro-brasílicos dos Henriques); em maio de 1645, no Rio de Janeiro (trezentos soldados e algumas dezenas de índios); em 1648, saídos da Guanabara com Salvador de Sá (mil soldados vindos de Portugal e 750 embarcados no Rio); em 1657, zarpando do Recife com João Fernandes Vieira (duzentos veteranos brasílicos da guerra contra os holandeses); em 1660, partidos do Recife com Vidal de Negreiros (duzentos veteranos); em 1664 (socorros da Bahia e de Pernambuco); em 1665 (*idem*); em 1667 (soldados do Rio de Janeiro); em 1671 (quatrocentos soldados da Bahia e Pernambuco); em 1674 (socorro de tropas de Pernambuco); em 1681 (dois navios com soldados saídos de Bahia e Pernambuco); em 1690 (cinquenta soldados da Bahia); em 1703 (cem pernambucanos); em 1704 (195 praças pernambucanos).⁴³ Envios intermitentes continuaram nas primeiras décadas do século XVIII, quando uma carta régia determinou o embarque de oito a dez recrutas em cada navio saindo de Pernambuco para Angola.⁴⁴

A diminuição de conflitos na África Centro-Occidental no século XVIII, resultado de uma acalmia no sertão angolano, como nota Roquinaldo Ferreira, mas também da ausência de ameaças externas, como se verá em seguida, reduz as transferências de militares do Brasil para Luanda e Benguela.

Tratando aqui da experiência militar adquirida nas duas margens do mar, deixo apenas um registro de outro fator que reforçou a ofensiva luso-brasílica em Angola: as importações de cavalos do Brasil.⁴⁵

Afora o terço de Henrique Dias, cujas companhias combateram em Angola em 1645 e na Batalha de Ambuíla (1665), como também — e por várias vezes — em Palmares, não há indicações sobre outras unidades militares regulares operando nos dois lados do Atlântico Sul.⁴⁶ Tratava-se em geral de milicianos e irregulares mais ou menos voluntários para combater em Angola.⁴⁷ Todavia, convém registrar as transferências de

oficiais, funcionários régios e até clérigos com experiência nos combates sul-americanos — frente a holandeses, índios e quilombolas — que obtiveram cargos em Angola. Desse lote, separo quatro itinerários significativos.

Afrobrasílico, capitão dos mosqueteiros do terço dos Henriques que integravam o contingente de duzentos soldados enviados em 1645 da Bahia para Angola, Paulo Pereira desembarcou com sua tropa na foz do rio Quicongo, entre Benguela e Luanda, então ocupadas pelos holandeses. Enfrentou os jagas que destroçaram boa parte dos expedicionários, incluindo Domingos Lopes Sequeira, experimentado capitão angolista e pai de Luís Lopes Sequeira, já citado.⁴⁸ Paulo Pereira se juntou em seguida às tropas coloniais, comandando o regimento luso-africano que combateu em 1646 a rainha Jinga e seus guerreiros no seu quilombo da várzea de Kavanga, na ribeira do rio Dande.⁴⁹ Em 1648, logo após a expulsão dos holandeses, Salvador de Sá nomeou Paulo Pereira sargento-mor da “guerra preta” de Benguela. Personagem legendário das guerras africanas, o sargento pernambucano morreu lutando no braço com um leão na savana angolana.⁵⁰ Terá comandado afrobrasílicos e africanos no Brasil e afro-brasílicos e angolanos em Angola, combatendo holandeses no Brasil e os jagas e a rainha Jinga no solo angolano.

Bento Correia de Figueiredo serviu em postos militares de três continentes entre 1656 e 1683. Sentando praça no Ceará, foi ao reino combater na guerra do Alentejo e, em particular, no malsucedido cerco a Badajoz (1658). De volta ao Brasil, viajou em 1661 para Luanda com André Vidal de Negreiros. Lá foi promovido capitão da guarda do governador, pelejando também no mar contra um corsário holandês. Em seguida, retorna a Pernambuco, onde comanda uma companhia que ataca Palmares. Provido capitão-mor do Ceará (1687), campeou na ofensiva anti-indígena, “destruindo os tapuias arerius que desobedeciam”.⁵¹

O reinol Jorge de Barros Leite participou da Batalha de Ameixial (1663), na Guerra do Alentejo. Viajou em 1676 com outros militares da metrópole para Angola, onde assumiu o posto de capitão-mor de Pungo Andongo, conquistado em 1671 e transformado no polo mais oriental da atividade negreira europeia no interior da África. Vindo para o Brasil, foi capitão da guarda do governador da Bahia e capitão-mor de Sergipe. Tenente da “gente miliciana assistente no sertão da Bahia”, atuou contra indígenas e os mocambos. Recebeu em 1699 o provimento de capitão-mor do Ceará no front anti-indígena, substituindo Fernão Carrilho, importante comandante antipalmarista promovido lugar-tenente do governador do Maranhão.⁵²

Por fim, há o caso de Manoel de Inojosa (Hinojosa ou Nojoza), que merece ser examinado com mais vagar. Soldado, Inojosa embarcou em 1661 do Recife para Luanda, num socorro militar enviado a André Vidal de Negreiros, empossado governador de Angola. Voltando a Pernambuco em 1662, passou à Bahia. Em 1670, partiu para “fazer guerra aos mocambos dos negros fugidos”. Agregou-se em seguida à bandeira de Estevam Baião Parente (1671-1673), que destróçou as aldeias do rio Paraguaçu. Deve ter se juntado também à milícia de Fernão Carrilho, que campeava na Bahia na época.⁵³ Teve patente de “capitão da conquista do gentio bárbaro” (1673-1676) de Santo Antônio da Conquista (atual município baiano de João Amaro, na margem do rio Paraguaçu). Na missão de “habitar a dita vila e povoar aquelas terras”, formou uma companhia com a qual combateu os xocós e outros tapuias.⁵⁴ Munido de uma representação de Baião Parente e dos moradores de Maragogipe, viajou para a corte em 1676, pleiteando a renovação da sua patente de capitão, tendo em vista o “novo alevantamento” indígena na Bahia.⁵⁵ Inquirido a seu respeito, um oficial da Bahia informou o Conselho Ultramarino de que a companhia de Inojosa era “muito importante para a conquista dos índios e negros dos mocambos”. Os conselheiros aprovaram seu provimento de capitão para combater os indígenas da Bahia, mas também porque “para Palmares de Pernambuco este sujeito será necessário por seu valor e experiência”.⁵⁶ Terá sido nessa ocasião que apresentou ao Conselho seu conhecido parecer sobre Palmares, contendo informações obtidas por um de seus escravos infiltrado entre os quilombolas.⁵⁷

Após as expedições de Fernão Carrilho, em 1677-8, Inojosa, cujo nome fora guardado em reserva pelo Conselho, participou como “cabo de tropas” nas ofensivas lançadas em 1679, 1680 e 1681. Em 1680, ele teria capturado (ou morto, a frase não é clara) o comandante palmarista Majojo (possivelmente oriundo de Moçambique), e em 1681 ele alegava ter matado Zumbi.⁵⁸ “Atacou os mocambos, queimando mais de 170 casas, matando o dito Zumbi e aprisionando sua mulher e família e trazendo sua mulher branca com um filho, que à força [Zumbi e outros] haviam levado para os Palmares.” No ano seguinte, em 1682, trouxe socorro e mantimentos para tropas antipalmaristas.⁵⁹ Em 1683 estava de novo na Corte, onde apresentou sua candidatura a capitão-mor do Ceará (1684).⁶⁰ Preterido, teve melhor resultado no ano seguinte, obtendo o cargo de capitão-mor de Benguela (1685-1687).⁶¹ Consta ainda um outro relatório de sua lavra sobre Palmares, datado de 1689.⁶²

Seu substituto em Benguela foi Angelo da Cruz, transferido para Angola em 1687, no socorro mandado do Rio de Janeiro.⁶³ Nessa altura, consolidava-se em Benguela a rota

negreira que cairia nas mãos de negociantes do Brasil e, em particular, do Rio de Janeiro e Pernambuco, deportando, até 1850, perto de 500 mil pessoas do sul angolano para a escravidão no Brasil.⁶⁴ Ou seja, nessa etapa crucial da história negreira de Benguela, dois de seus capitães-mores vieram, justamente, das duas capitanias que se tornaram as maiores importadoras de cativos embarcados na região.⁶⁵

Resta que a historiografia só tem captado a parte brasileira da vida de Manoel de Inojosa.⁶⁶ Além de seu engajamento nos combates de Angola e do Brasil, e de suas duas viagens a Lisboa, onde se entreteve com gente importante que solicitou seu relatório sobre Palmares, ele recolheu a experiência das guerras holandesas (junto aos oficiais de André Vidal de Negreiros presentes em Luanda), dos reides sulistas dos bandeirantes (encontrados no sertão baiano) e das guerras feitas na África nas décadas anteriores por capitães africanos, angolistas, brasílicos e portugueses, com quem conviveu em Luanda e Benguela.

Sem ter ocupado comando de destaque no Brasil, Inojosa absorveu e transmitiu muitos conhecimentos sobre as guerras sul-atlânticas. Sua importância só pode ser devidamente avaliada quando os documentos das caixas sobre Angola são juntados às caixas sobre o Brasil. Gente como Inojosa operou a transformação fundamental que muda a face de Angola e do Brasil. A extensão do tráfico negreiro torna secundária a preação indígena nas zonas da América portuguesa que se integravam às redes atlânticas. Abria-se a via para o extermínio dos índios que viviam na fronteira agropecuária do Nordeste. Em outras palavras, a pilhagem das aldeias africanas precipita a extinção das aldeias ameríndias. No Centro-Oeste africano, comerciantes e soldados portugueses, brasílicos e africanos ampliavam a geração de escravos. No lado sul-americano, reforçados por índios seus aliados, eles extinguíam as aldeias (mais tarde aparece a expressão “matar aldeias”), criando o deserto humano que seria repovoado pelo gado, pelos colonos e por escravos africanos. A destruição constante de Angola se apresenta como a contrapartida da construção contínua do Brasil.

Nem todos os combatentes transitando pelo mar meridional participaram em todas essas batalhas. Mas todos contribuíram para difundir métodos de guerra tropicais, rações militares compostas de mandioca, milho e cachaça, práticas escravistas e hábitos culturais do Arquipélago de Capricórnio, núcleo da formação do Brasil contemporâneo.⁶⁷

No que concerne às expedições enviadas contra Palmares, vale dar relevo ao patamar atingido pelas hostilidades nas décadas de 1670-90. Ao longo desses anos, o Conselho Ultramarino reserva grande atenção às medidas “para se extinguirem estes negros de uma vez”. Foram consultados peritos e planejou-se entregar o comando das operações a João Fernandes Vieira, chefe militar com peso nas duas margens do Atlântico.⁶⁸

Palmares aparecia como uma grande sublevação que desestabilizava as comunidades escravistas de toda a região, onde ainda ecoavam os desacertos da guerra brasileira. Uma carta de d. Pedro II ao governador de Pernambuco, datada de 1683, é bastante elucidativa. Nela, o soberano pedia informações sobre a irmandade dos pardos de Nossa Senhora de Guadalupe, de Olinda, a qual solicitava provisão para que os irmãos, com dons e esmolas, pudessem alforriar “todos os escravos homens e mulheres da sua cor, em razão de muitos sofrerem mal o cativeiro, por serem filhos de homens honrados que me [à Coroa] serviram na guerra”. Ou seja, tratava-se de filhos e filhas de escravas e de veteranos livres da guerra brasileira, revoltados com sua escravização. E a carta completa: “por os não deixarem libertar seus senhores, tendo com que se resgatar, fugiam muitos para os negros de Palmares, apartando-se do grêmio da Igreja, e de próximo [recentemente] se matara um por suas mãos”.⁶⁹ O caso expunha uma situação limite. Numa ação coletiva pela liberdade, fundada nos rancores gerados pela guerra holandesa e movida por uma categoria de escravos que se sentia particularmente injustiçada, os requerentes faziam pairar uma ameaça: se os escravos mulatos não fossem alforriados, restavam-lhes duas opções: o suicídio ou Palmares. Pairava no horizonte o apelo à subversão da ordem escravista. Como escrevia o autor anônimo da “Relação das guerras”, as comunidades da serra da Barriga haviam dado lugar a “duas monstruosidades indignas de se publicarem no mundo: a primeira levantarem-se com o domínio das melhores capitanias de Pernambuco, negros cativos; a segunda era dominarem a seus próprios senhores seus mesmos escravos”.⁷⁰

No meio-tempo, os quilombos conheciam transformações importantes. Como é sabido, os “roubos” de mulheres eram praticados pelos palmaristas, cujo contingente era predominantemente masculino. Na lista dos estragos causados por Palmares, o governador de Pernambuco mencionava as queixas dos moradores de Alagoas, Porto Calvo e Serinhaém sobre “as hostilidades, mortes e roubos de mulheres que fazem os

negros levantados”.⁷¹ Rocha Pita sublinha o fato, fazendo analogia com o Rapto das Sabinas.

Além dos filhos que lhes nasciam, entendendo os negros que para maior propagação e aumento do povo que fundavam, lhes eram precisas mais mulheres, trataram de as haver, sem a indústria com que os romanos as tomaram aos sabinos, mas só com a força, entrando pelas fazendas e casas dos moradores daquellas villas, povoações e districtos, e levando negras e mulatas do serviço doméstico e das lavouras.⁷²

Também é conhecido que a Guerra Luso-Holandesa e a fuga dos colonos para a Bahia desorganizaram a região, facilitando evasões mais numerosas para Palmares. Nos seus primeiros parágrafos, a “Relação das guerras” aponta a virada.

Há opinião que [desde o] tempo que houve negros cativos nestas capitánias, começaram a ter habitantes os Palmares. [...] No tempo que a Holanda ocupou estas praças engrossou aquele número, porque a mesma perturbação dos senhores era a soltura dos escravos.⁷³

Mulheres e famílias escravas puderam fugir em maior número para a serra da Barriga, assegurando maior reprodução demográfica de palmaristas. Na circunstância, nas décadas de 1670 e 1680 crescera a proporção de mulheres e de indivíduos nascidos nos Palmares. O aumento demográfico endógeno, o adensamento de laços de parentesco e a maior presença de mulheres e crianças configuravam uma mudança estrutural da população quilombola. Tal presença dificultava as retiradas e os deslocamentos táticos para um ou outro dos mocambos da serra da Barriga menos vulneráveis às expedições escravistas, tática essa que havia levado várias expedições antipalmaristas a esbarrar em mocambos abandonados. Na mesma ordem de ideias, Brito Freyre escrevia que, nos ataques feitos a Palmares, as capturas eram “principalmente as mulheres, e filhos, menos capazes de acompanhá-los [aos homens] nas retiradas”.⁷⁴

Assim, o crescimento da população feminina e infantil concorreu para modificar a estratégia defensiva dos rebeldes palmaristas, tornando-os mais vulneráveis. Tal evolução ajuda a explicar a opção pela sobrevivência tutelada, seguida por Ganga-Zumba, o qual resolveu pactuar com o governo do Recife após a captura de sua família e de familiares de outros chefes pela expedição de Fernão Carrilho, em 1677.⁷⁵ Dando destaque às relações de parentesco entre o comando rebelde, a “Relação das guerras” cita os nomes da mãe, do irmão, do filho e dos sobrinhos de Zumbi.

Aliás, o tratado de paz (ou, melhor dizendo, o “papel”) proposto pelo governador Souza de Castro a Ganga-Zumba (1678) explicitava a garantia de liberdade aos nascidos nos Palmares e a alforria de familiares dos chefes palmaristas que fossem viver em Cucaú. O documento sublinha que os familiares de Ganga-Zumba mandados a Recife para negociar o pacto engajavam a sua palavra: “vossos filhos e família me prometeram em vosso nome”. Noutra carta, o governador especificava que Ganga-Zumba “e todos vossos filhos, parentes, irmãos e capitães” viveriam em paz em Cucaú.⁷⁶ Dois anos depois, na tentativa de levar Zumbi, seus parentes e seguidores à redução do Cucaú, junto de Ganga-Zumba, o mesmo governador prometia-lhes proteção e liberdade, não só ao dito “capitão Zumbi”, como também “a toda sua família”.⁷⁷

Nas etapas iniciais do cerco a Palmares, o movimento das famílias revela ao comandante paulista a concentração da defesa quilombola. “O negro tem o mulherio consigo fiado na grande fortificação em que está”.⁷⁸ Mais tarde, a “Rellação Verdadeyra” aponta o entrave que as famílias causavam aos combatentes palmaristas e ao próprio Zumbi, no ataque final em fevereiro de 1694:

por se ver já ferido [Zumbi] largou um filho, que às costas trazia, e sete concubinas, pegadas todas umas nas cintas das outras. E era ele o que as vinha guiando, pegada uma também na sua cinta, que logo ali se desmanchou toda esta carruagem. E por ser muita a quantidade de mulheres e meninos lhes não foi possível tornarem a voltar para dentro da sua cerca.⁷⁹

Se é certo que a liderança de Ganga-Zumba e Zumbi traduz uma nova polarização do poder palmarista, também é verdade que o surgimento de suas famílias no meio dos combates constitui um marco na longa história de Palmares.

O CONDE DA ERICEIRA E O SOLDADO ZEBEDEU

História de Portugal restaurado, do conde da Ericeira, obra apreciada em Portugal e noutros países desde a publicação de sua primeira parte, em 1679, domina de sua altura a historiografia sobre a Restauração. Citando batalhas e feitos na Europa e em todo o ultramar, Ericeira evoca a situação das praças de Tânger e Mazagão. Mas só se refere à África subsaariana quando narra a reconquista de Angola em 1648. Inserida no contexto da guerra planetária contra a Holanda, a expedição de Salvador de Sá é

apresentada como uma resposta a vários desafios. Retomar o controle do tráfico negreiro, arrancar a “heresia que há sete anos semeiam os holandeses nestes lugares [africanos] de verdadeira cristandade” e, enfim, assegurar o domínio de Angola e do Congo. Ericeira elogia Salvador de Sá pela tomada de Luanda, e dá um jeito de citar a conquista de Pungo Andongo a fim de exaltar o governador Francisco de Távora. Fala ainda da Jinga (que estava virando a campeã das curiosidades ocidentais sobre a África) por causa “da extravagância de sua vida”. Mas não menciona a Batalha de Ambuíla, à qual o *Mercurio* dera destaque treze anos antes.⁸⁰

Ericeira prefere realçar a ação de Salvador de Sá e de Francisco de Távora, aristocrata ascendente a quem era ligado e com quem combatera na Guerra do Alentejo.⁸¹ Aliás, costuma-se atribuir a autoria da *Relaçam do Felice successo*, panegírico de Francisco de Távora (“o segundo Cipião Africano”) na sequência da conquista de Pungo Andongo, à pena ilustre do conde da Ericeira.

Do outro lado do Atlântico, na outra ponta da arte literária, um texto redigido por um pé-rapado brasílico também reivindica sua parte de glória na defesa do ultramar. Trata-se de um poema dirigido ao Conselho Ultramarino, ao qual nunca deve ter chegado, por um soldado raso que combateu como “praça de pé” (sic) no ataque final a Palmares, em 1694. Pereira da Costa, sempre atento à documentação, publicou o poema em seus *Anais Pernambucanos*.⁸² Mas não indica de onde o extraiu, nem se havia papelada anexa.⁸³

Eis o poema em verso quebrado do praça estrepado:

Ao Conselho Ultramarino

Que tão justiceiro é,

Zebedeu praça de pé

Filho de Braz Vitorino,

Bem moço, quase menino,

Para Palmares marchou,

Pelo que lá se estrepou

Sendo um dos desgraçados,

Que voltaram aleijados

E por fim nada ganhou.

Ali de arcabuz na mão,

*Dia e noite combatendo,
De fome e frio morrendo,
Descalço, de pés no chão,
Ao lado do valentão
Félix José dos Açores
Que apenas viu dos horrores,
O painel desenrolar-se
Foi tratando de moscar-se
Com grande sofreguidão.*

*Do que venho de narrar,
Apesar de ser bolônio,
Pode o padre Santo Antônio
Muito bem corroborar,
O que não é de esperar
Proceda d'outra maneira,
Atenta a sua fieira
Sua afeição, valentia,
Pois junto a mim noite e dia
Não desertou da trincheira.*

*Ele viu, bem como eu,
Quando o combate soou
Quando a corneta tocou,
A gente que então correu;
A essa foi que se deu
Como garbosa e valente
Terras, dinheiro, patente
Com grande injustiça e agravos
P'ra aqueles que aos vis escravos
Não trataram como gente.*

*A vós Conselho afamado
Que a justiça só visais,*

*Para que não amparais
O pobre do aleijado?
Que no mundo abandonado
Sem ter quem lhe estenda a mão,
Tem por certo a perdição
Da vida, pois quase morto
Só poderá ter conforto
Se o fizerdes — capitão.*

Escrito no esquema de rima *abbaaccddc*, o poema é uma variante da “décima espinela”, forma literária do barroco ibérico utilizada, entre autores ilustres e menos ilustres, por Calderón de la Barca (*La vida es sueño*) e Gregório de Matos (“Define a sua cidade”).⁸⁴ Na sequência, a décima popularizou-se na América ibérica, sendo celebrizada nos dias de hoje pela *guajira* cubana, a literatura de cordel e os violeiros nordestinos. Nesse caso — como no gênero do “dez a quadrão” nordestino —, a décima é dialogada, com um violeiro entoando um verso, o outro o verso seguinte, e os dois juntos cantando os dois últimos versos.⁸⁵ Assim, a décima dá ao poema o tom de uma queixa picaresca que pode ter sido lida, recitada ou cantada em Pernambuco e nas capitanias vizinhas, dando grande alcance às sentenças versificadas.

Zebedeu (epíteto jocoso, e até hoje levado na brincadeira em Pernambuco), “filho de Braz Vitorino” (para rimar com Conselho Ultramarino), não se refere a uma pessoa, mas, de maneira genérica, a um grupo de soldados pobres, preteridos na distribuição de presas e prêmios depois da Guerra de Palmares.

Na sua singeleza, o poema retrata a situação do praça de pré, recrutado “quase menino” e despachado mal equipado, descalço (talvez venha daí a autoironia da expressão “praça de pé”), para a friagem da serra da Barriga (também mencionada na “Relação das guerras”). “De fome e frio morrendo,/ descalço, de pés no chão”, para ali combater “noite e dia”, onde “se estrepou” (isto é, se feriu no “estrepe”, paus pontiagudos postos em torno do mocambo de Macaco ou enfiados em buracos dissimulados, os “fojos”). Sem receber nenhuma recompensa em propriedade, em soldo ou em promoção, nem “terras, [nem] dinheiro, [nem] patente”. O verso sobre o “valentão” Félix José se refere à generalidade dos camponeses açorianos vítimas de recrutamento forçado, cuja inexperiência de combate com frequência lhes valia o apodo de “bisonhos”. Tanto Zebedeu, pobre “bolônio” (bocó), como seus aparceirados foram em frente, dando batalha feroz aos

palmaristas, “vis escravos” a quem “não trataram como gente”, quer dizer, a quem trataram como se fossem bichos. No final das contas, foram os soldados e cabos que se acovardaram que receberam recompensas. Sem recomendações de seus superiores ou de potentados locais, esses “zebedeus” invocavam a proteção e o testemunho de santo Antônio, de quem traziam o santinho ou uma medalha (“junto a mim noite e dia”), e que fora oficialmente declarado patrono e soldado pago das tropas que atacaram Palmares.⁸⁶

Quer tenham sido mercenários dos fazendeiros na América, quer fossem milicianos na África, tais combatentes — capitães, cabos e “zebedeus” — faziam valer seus talentos de bugreiros e de capitães do mato nos dois lados do mar. Para além dos documentos, é preciso considerar a troca de experiências facultada pelo convívio de tropas tricontinentais, multiétnicas e de variada condição social, cujo traço comum era o Atlântico Sul, onde Portugal, Brasil e Angola se misturavam. Mapear tais itinerários é essencial para saber quem conversa com quem, num mundo em que muita gente que sabia das coisas não sabia escrever. Nos arranchamentos angolanos e brasileiros, nos conveses dos navios durante as travessias do oceano, nas savanas africanas e nas selvas americanas, essas tropas compunham um gênero de novo exército colonial de brancos, negros, índios e mestiços que, “de pés no chão”, pilhava povos dos dois continentes. Não há exemplo de tropas dessa natureza e com tal raio de ação nos outros teatros da moderna expansão europeia. Talvez milicianos da Bahia e Pernambuco tenham ido até a África Oriental. Em todo caso, sua presença era desejada por lá.

Falando do estado calamitoso em que se encontrava a região, frei Antônio da Conceição afirma, no seu precioso *Tratado dos rios de Cuama* (1696), que a solução para o “aumento temporal” da conquista de Moçambique era trazer um governador ou capitão general “com trezentos soldados europeus, ou brasileiros, pólvora, balas”. Pelo que sei, trata-se de uma das primeiras vezes que a palavra “brasileiro” aparece com o significado de natural do Brasil: a identidade coletiva do colonato da América portuguesa, corporificada em sua prática militar, ressaí nos enclaves coloniais africanos.⁸⁷ No mesmo registro, Cadornega funda-se na atividade militar dos colonos em Angola para caracterizar a identidade da “gente portuguesa angolana” na sua *História geral*.

No meio disso, os paulistas têm um **lugar** à parte. E por dois motivos. Primeiro, observa-se que nenhum bandeirante conhecido ou grupo de soldados referido como paulista se engajou nas lutas africanas. Pelo contrário, em abril de 1648, quando Salvador de Sá ansiosamente buscava homens para sua expedição de Angola, a bandeira de Raposo Tavares tomava rumo oposto, indo para o noroeste sul-americano, caçando índios e

apartando-se da expedição negreira do Rio de Janeiro. Segundo, os paulistas têm uma presença marcante na serra da Barriga. Juntando sua prática de reides anti-indígenas aos veteranos de guerras contra sobados angolanos, índios e quilombos, eles fecharam o cerco a Palmares.

Na altura em que os gentílicos — com a exceção do substantivo “pernambucano” — eram pouco ou nada utilizados para designar os naturais das outras capitanias, os paulistas são frequentemente individualizados. Nas dezessete páginas que compõem a “Relação Verdadeyra” (c. 1694), as palavras “paulista” e “paulistas” aparecem 39 vezes.⁸⁸ Além do mais, seja na documentação sobre Palmares, seja nas diatribes do padre Antônio Vieira, o gentílico “paulista” se apresenta quase sempre associado à escravização de indígenas ou a tropas que beiram o bandoleirismo. Nesse sentido, é interessante notar um incidente ocorrido no começo de 1691, quando os paulistas se aproximavam pela primeira vez da serra da Barriga em combate aos levantados de Palmares.

Temendo que iniciativas de Fernão Carrilho, então favorável a um pacto com os quilombolas, desembocassem numa rendição de Palmares, privando-o do butim de terras e de escravos, Jorge Velho escreveu ao governador: “Bem lhe consta a V. Sa. que, se os negros pedem ou pedirem pazes, que é ou será com terror dos paulistas. E eu me vou meter dentro dos Palmares e morar neles”.⁸⁹

Parte da caracterização dos paulistas no Brasil e no Paraguai deriva de uma forma aguda de violência colonial por eles praticada, e instrumentalizada à perfeição por Domingos Jorge Velho.⁹⁰ No mesmo timbre, o governador de Pernambuco, marquês de Montalvão, exprime a ferocidade antipalmarista que dominava a conjuntura. Referindo-se à serra da Barriga, ele escreve a Jorge Velho:

tenho satisfeito e excedido tudo aquilo a que pode chegar a possibilidade deste governo, e tudo dou por bem empregado na certa esperança que me fica de que vosmecê haja de fazer a Sua Majestade [...] um serviço tão particular e importante como é o de devorar e extinguir esses bárbaros [...].⁹¹

Como dito acima, o discurso e a prática da violência que campeavam na Guerra dos Bárbaros açambarcou a Guerra de Palmares. Volto já à segunda parte da frase de Domingos Jorge Velho (“E eu me vou meter dentro dos Palmares e morar neles”).

A disputa pelas sesmarias abandonadas nas vizinhanças dos quilombos deu lugar a um contencioso entre os paulistas e as autoridades coloniais.⁹² Até então dependentes de seus escravos indígenas, os paulistas estavam se transformando em criadores de gado e ainda não haviam se incorporado ao escravismo atlântico. Suas petições insistem no seu desinteresse, na sua valentia e nos seus méritos de leais súditos da Coroa. Teriam sido esses os motivos que haviam levado os paulistas a cruzar o “mais áspero caminho, agreste, e faminto sertão do mundo”, trazendo “ao redor de 1300 arcas do seu gentio, e cerca de oitenta brancos” para assediar Palmares.⁹³

Meio século depois, o beneditino Loreto Couto confirma o desprendimento dos paulistas, fazendo-lhes a subida honra de compará-los aos pernambucanos do terço de Bernardo Vieira de Mello que também combatiam na serra da Barriga. “Como os paulistas são homens, que fáceis seguem a guerra pela honra da vitória desprezando o interesse dos despojos, caminharam apressados a esta empresa [de combate a Palmares], em que nos foram iguais no trabalho, [e] na glória companheiros”.⁹⁴

Contudo, ao enumerar os documentos que lhe prometiam a posse das terras vacantes ameaçadas pelos quilombolas, Jorge Velho deu uma pista interessante: “a não ser assim, que razão haveria, que largassem os suplicantes [paulistas] as terras maiores e melhores sem comparação, se se lhes tirar a longitude das praças marítimas, cuja posse logravam sem nenhum impedimento nem oposição, para virem conquistar outras?”. Que razão haveria? Por que lutar e morrer por Palmares?

Salta aos olhos o detalhe revelador da gana dos bandeirantes. Em São Paulo e no Piauí, eles possuíam terras “maiores e melhores sem comparação” com as de Palmares, assim como numerosos “servos” indígenas. Todavia, tais propriedades conservavam um grande inconveniente: o afastamento das praças marítimas. Põe-se a nu o fator-chave do uso do solo no Brasil. Pensada fora desse contexto, a disponibilidade de terras — variável usada a torto e a direito na história econômica brasileira — perde todo o sentido. A não ser assim, que razão haveria para os paulistas transmigrarem para o Norte?

Daí o surpreendente argumento de Jorge Velho: “Os suplicantes têm muita parentela na capitania de São Paulo, em a qual já não têm terras para se estenderem, e se querem vir ajuntar com os suplicantes [em Alagoas]”. Outro documento do contencioso insiste: “A tenção dos ditos sampaulistas é de convocarem outros muitos moradores seus patrícios, que desejam de enxamear, porque em São Paulo já não há aonde lavrem e

plantem: e essa transmigração será coisa de grande utilidade a estas capitanias [do Norte]”.⁹⁵

Obviamente, não se alude aqui ao limite físico de terras. Nem tampouco à escassez de terrenos na costa. Milhares de léguas da franja atlântica permaneciam devolutas. De resto, quando aponta os inconvenientes das fazendas mantidas por ele próprio e por seus homens em São Paulo e nos sertões do Piauí, Jorge Velho não se refere à lonjura dos portos marítimos, lugar geográfico, mas à distância separando essas terras das praças marítimas, lugar econômico. Para realizar o valor das mercadorias produzidas por seus índios, os bandeirantes precisavam comerciar com os mercadores das praças litorâneas. Aliás, era justamente a presença desses intermediários que convertia, em todo o império luso, um *porto marítimo* qualquer numa determinada *praça comercial*. O problema é que esses mesmos negociantes, compradores de produtos regionais de exportação, também se apresentavam como vendedores de produtos importados e, mais especificamente, em vendedores de africanos.

Não bastava possuir terras e escravos indígenas para sair do “ilhamento” (palavra usada por Varnhagen noutro contexto).⁹⁶ Se quisesse transformar o excedente extorquido aos índios em mercadoria, o colono devia se enfiar no circuito atlântico. Desde logo, ele caía na imposição comercial — e não apenas demográfica (a eventual rarefação de mão de obra indígena) — de adquirir africanos e se vinculava mais ainda à metrópole traficante. “Falta de terras” e “falta de braços” têm, portanto, muito pouco a ver com a geografia e com a demografia aborígine. Trata-se de variáveis conexas que se explicam e se compensam no âmbito da unidade mais ampla formada pelo sistema escravista sul-atlântico. Em resumo, a expansão do escravismo na América portuguesa decorre da dinâmica mercantil.

Volto à pergunta sugerida acima: por que os paulistas foram para o Norte e não foram para Angola? Porque, no tempo de Raposo Tavares e da expedição de Salvador de Sá, eles ainda procuravam escravizar indígenas para trazê-los a São Paulo. E no tempo de Domingos Jorge Velho e João Fernandes Vieira eles já procuravam terras no Norte. Diferentemente dos milicianos de Pernambuco e da Bahia, em busca de soldo, e às vezes embarcados à força para Angola, os paulistas possuíam terras em São Paulo e no sertão nordestino. Mas haviam empobrecido após a perda dos mercados do Rio de Janeiro e das capitanias nordestinas, no final da guerra holandesa, quando as importações de mantimentos europeus e escravos africanos voltaram a reabastecer o Brasil. Ilhados no Sul, eles migram em busca de terras mais próximas das praças marítimas.⁹⁷ Acrescente-

se que os paulistas sempre combatiam com seus índios, cuja adaptação em Angola, e ao ambiente epidemiológico africano, era problemática.⁹⁸

Tal é a razão que levou os paulistas a atravessar o sertão para lutar e morrer por Palmares. E os quilombolas? Por que os quilombolas foram parar e se estabelecer com tanta luta, e por tanto tempo em Palmares?

POR QUE VIVER EM PALMARES?

“Angola Janga” (cujo sentido aproximado pode ter sido “Angolinha”), o outro nome de Palmares, dá a medida da presença da terra africana no imaginário quilombola.⁹⁹ Mas existem elementos mais concretos da vinculação palmarista com a África Centro-Ocidental.

Sabe-se que a bebida preferida dos povos centro-africanos era (e continua sendo para muitos deles) o *malafo*, que os portugueses denominaram “vinho de palma”.¹⁰⁰ Extraído de vários gêneros de palmeiras, o malafo conhecia grande demanda como bem de consumo, de troca e cerimonial. Na tradição do império lunda (1500-1850), implantado no nordeste de Angola, o malafo se associava à masculinidade e ao poder político.¹⁰¹

As guerras dos jagas e dos predadores europeus desorganizam o cultivo das palmeiras e o trato de malafo desde o final do século XVI. Andrew Battell conta que os *ambundus* e os povos sedentários de Angola tinham o cuidado de extrair a seiva das palmeiras sem cortá-las, preservando os palmeirais. Ao passo que os jagas derrubavam as palmeiras para fazer malafo, destruindo as plantações à medida que avançavam.¹⁰² Por sua vez, para fragilizar sobados rebeldes, os portugueses costumavam cortar os palmeirais das aldeias.¹⁰³ Além do malafo, a palmeira — denominada por Cadornega de “rainha das árvores” — fornecia aos nativos do Congo e de Angola o coquinho (do qual se fazia a farinha *emba*), o vinagre e o azeite alimentar, os unguentos medicinais, o sabão, as estacas para as casas, as fibras para tecidos e cordas.¹⁰⁴ Representando a perda do poder social e econômico dos sobados, a derrubada dos palmares aparecia como uma catástrofe.

Nos documentos ressaí uma frase enfatizando as consequências desastrosas da perda dos palmeirais: os *ambundus* sofrem mais com a perda dos palmeirais do que com a captura ou a morte de seus próprios filhos. Num relato sobre um ataque português a um sobado em 1585, está escrito: “o destruíram, queimando-lhe a terra e cortando-lhe os palmares, que é a cousa que eles [os nativos] mais sentem”; num documento de 1625,

“são estas árvores [palmeiras] de muito proveito e utilidade: quando fazem a guerra aos sobas, vassallos d’el-rei de Angola, nenhuma coisa sentem mais que cortarem-lhe estas árvores, que as estimam como nós em Europa as vinhas e os olivais”; a respeito de um reide dos jagas, em 1620, “chegaram à cidade d’el-rei de Angola, que a desamparou de modo que cativaram, comeram e mataram muitas almas cortando-lhes os palmares de que aquela gente colhe vinho e azeite, respeito porque hoje se padece na povoação grandes faltas de tudo que dantes havia”; numa ofensiva portuguesa em Quiçama, 1655, “desampararam suas povoações que lhes foram queimadas, e os palmares cortados, que eles sentem mais que a falta dos mesmos filhos”.¹⁰⁵

Todo mundo sabe que os grandes palmeirais da serra da Barriga deram o nome ao lugar onde se fixaram os quilombos. A esse respeito, o capitão Jan Blaer, comandante holandês que atacou Palmares em 1645, assinala o uso sistemático da palmeira — do tipo conhecido na região como “catulé” ou “catolé” — no cotidiano dos quilombolas. Segundo ele, coberturas para as casas, camas, comida, azeite alimentar, cachimbos e “uma espécie de vinho”, isto é, uma bebida similar ao malafo, eram extraídos das palmeiras-católés.¹⁰⁶ Tudo indica que os indígenas não conheciam essa prática e que o hábito de fazer bebida fermentada com o caldo do miolo das palmeiras foi introduzido na América pelos africanos.¹⁰⁷

Relato semelhante ao do capitão Blaer aparece, trinta anos depois, na “Relação das guerras”, cuja descrição sobre as utilidades da palmeira, embora mais curta, lembra o texto análogo de Cadornega, mencionado acima e escrito na mesma época. Enfatizando a importância dos palmeirais na formação dos quilombos, o autor anônimo do texto escreve logo no início:

são as árvores principais palmeiras agrestes, que deram ao terreno o nome de Palmares; são estas tão fecundas para todos os usos da vida humana, que delas se fazem vinho, azeite, sal, roupas; as folhas servem às casas de cobertura; os ramos de esteios; os frutos de sustento; e da contextura com que as pencas se cobrem no tronco, se fazem cordas para todo o gênero de ligaduras, e amarras.¹⁰⁸

Em suma, a presença de palmeirais era garantia de casa, comida e do modo de vida tradicional.

Noutra versão da “Relação das guerras”, citada por Silvia Lara, está dito que Cucaú foi escolhido por Ganga-Zumba e os quilombolas que o acompanhavam por conter

“palmeiras para o seu sustento”.¹⁰⁹ Outras comunidades quilombolas também se constituíram em áreas onde havia o catolé.¹¹⁰

Mais pesquisa será necessária para estabelecer outras conexões entre os palmeirais de Angola e os palmeirais da serra da Barriga. Por enquanto, não encontrei nenhum texto sobre o uso entre insurretos da serra da Barriga da palavra “palmares” em kimbundu (*máie*), em kikongo (*máia*) ou noutra língua bantu. Todavia, as informações aqui reunidas permitem formular com mais força uma hipótese libertária, que já evoquei noutro lugar.

Para todos os que ali viveram, Palmares pode ter significado a refundação da comunidade ancestral angolana — anterior ao cataclismo da deportação transatlântica e do escravismo americano — organizada em torno de palmeirais que garantiam a moradia, o trabalho comunitário, os remédios, a roupa, o sustento, o azeite, o vinagre, a bebida, o poder e o gozo da liberdade. Liberdade pré-colonial, pré-europeia, pré-sul-atlântica.

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO é professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas-SP, professor emérito da Sorbonne Université, membro da Academy of Europe e autor, entre outros trabalhos, de *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000) e “The Ethiopic Ocean: History and Historiography, 1600-1975”, *Portuguese Literary & Cultural Studies*, Dartmouth, n. 27 (2015), pp. 1-79.

Notas

1. “PALMARES: BATALHAS DA GUERRA SEISCENTISTA SUL-ATLÂNTICA”, in FLÁVIO DOS SANTOS GOMES E JOÃO JOSÉ REIS, *REVOLTAS ESCRAVAS NO BRASIL*, COMPANHIA DAS LETRAS, SÃO PAULO, 2021, pp.30-72.

1. Este texto é uma versão mais curta e revista do capítulo intitulado “História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares”, em Flávio Gomes (org.), *Mocambos de Palmares: história, historiografia e fontes* (Rio de Janeiro: 7Letras; Faperj, 2009), pp. 61-89. Agradeço os comentários de João José Reis a uma versão anterior.

2. A frase de d. João IV, considerando o Brasil como a “*vache à lait*” do reino de Portugal, foi referida pelo cavaleiro De Jant, enviado de Mazarino na corte de Lisboa, em Evaldo Cabral de Mello, *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669* (Rio de Janeiro: Topbooks, 1998), p. 45.

4. Mafalda Soares da Cunha e Nuno G. F. Monteiro, “Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII”. In: Mafalda Soares da Cunha, Nuno G. F. Monteiro e Pedro Cardim (orgs.), *Optima pars: Elites ibero-americanas do Antigo Regime* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005), pp. 191-252. Como expliquei alhures, defino como “brasílicos” os habitantes da América portuguesa que já manifestavam uma identidade regional, mas não possuíam o sentimento de pertencimento a uma unidade protonacional mais ampla. “Paulistas” e “pernambucanos” são palavras correntes na segunda metade do século XVII, enquanto a palavra “brasileiro”, no sentido atual, só aparece em 1706 (cf. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*).

5. Pedro Taques de Almeida Paes Leme, “Notícia histórica da expulsão dos jesuítas do Collégio de São Paulo em 1640” [1768]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (doravante *RIHGB*), Rio de Janeiro, v. 12 (1849), pp. 5-40, p.18.

6. Jaime Cortesão (org.), *Pauliceae Lusitana Monumenta Historica*, 3 v. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1961, v. 2, pp. 520-521.

7. Padre João Filipe Bettendorf, *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698]. Belém: Fundação Cultural Tancredo Neves, 1990, p. 91. Sobre a vida e obra Bettendorf, ver o importante livro e primeira biografia completa do jesuíta luxemburguês por Karl-Heinz Arenz, *De l’Alzette à l’Amazonie: Jean-Philippe Bettendorf et les jésuites en Amazonie portugaise 1661-1693* (Luxemburgo: Institut Grand-Ducal de Luxembourg, 2008).

8. Padre Antônio Vieira, “Relação da missão da serra de Ibiapaba” [c. 1660]. In: Padre Antônio Vieira, *Obras escolhidas*. Lisboa: Sá da Costa, 1951, v. v, p. 82.

9. Pedro Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720* (São Paulo: Hucitec, 2000), pp. 136-137; sobre a composição étnica das tropas, pp. 202-210.

10. Xenofonte elogia os guerreiros generosos que, em vez de massacrar seus prisioneiros, reduziam-nos à escravidão, “forçando-os a se tornar melhores, e levando-os assim a ter, doravante, uma vida mais fácil”. Xénophon, *Économique* [390-70 a.C.], trad. e comentários de P. Chantraine. Paris: Les Belles Lettres; CUF, 1949, p. 37. Frei Loreto do Couto e Varnhagen reiteram esse princípio, precisamente a respeito do cativo dos índios: “nem se pode negar, que não seja louvável e caritativa” a decisão de “guardar um prisioneiro de boa guerra, alimentá-lo, vesti-lo, e não matá-lo como poderá fazer o vencedor, havendo sustentado a guerra com justiça”. Domingos Loreto do Couto, “Desagravos do Brazil e glórias de Pernambuco” [1757]. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, v. 24 (1904), pp. 1-355 (citação nas pp. 67-68); e v. 25 (1905), pp. 3-214; Francisco Adolfo Varnhagen, *História geral do Brasil* [1857], 3 v. 10ª ed., org., rev. e notas de J. Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1978, v. 1, t. 5, p. 217.

11. “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida, de 1675 a 1678”, *RIHGB*, v. 22 (1859), pp. 303-329, pp. 312-313. Sigo os documentos da época que utilizam a palavra “palmarista” para definir os habitantes de Palmares. Cf. “Relação das guerras feitas”, p. 312. Para uma discussão sobre o documento, Maria Lêda Oliveira, “A primeira *Rellação* do último

assalto a Palmares”, *Afro-Ásia*, Salvador, n. 33 (2005), pp. 251-324; e Silvia Hunold Lara, “Palmares & Cucaú, o aprendizado da dominação”, Tese para Concurso de Titular de História do Brasil, Unicamp, Campinas, 2008, pp. 64-75.

12. Sobre o Regimento das Missões, Arenz, *De l’Alzette*, pp. 564-594.

13. Consulta do Conselho Ultramarino, 15 dez. 1696, Barão de Studart, “Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará”, *Revista Trimensal do Instituto do Ceará — RTIC*, Fortaleza, v. 37 (1923), pp. 20-145, pp. 67-68. Como se sabe, Navarro perpetrou, em 1699, um massacre contra os índios paiacus do rio Jaguaribe. No meio do antagonismo suscitado pelas pretensões dos paulistas sobre as terras da região — evidenciado com Jorge Velho em Palmares —, Navarro foi julgado e preso. Sobre todo o episódio, ver o estudo aprofundado de Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros*, pp. 241-282.

14. “Carta autografa de D. Jorge Velho...” [15 jul. 1694]. In: Ernesto Ennes, *As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 66-69.

15. Luiz Felipe de Alencastro, “Le Versant brésilien de l’Atlantique-Sud 1550-1850”. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 61, n. 2 (2006), pp. 339-382, pp. 361-363.

¹⁶ . O nome da rainha de Dongo e Matamba comporta várias grafias. Como escrevi alhures, opto pela designação usada em muitos documentos portugueses dos séculos XVII e XVIII que se referem à rainha “Jinga”, ao reino do “Dongo” e aos guerreiros “jagas”, em vez de Njinga, Ndongo ou guerreiros imbangala. Ademais, o nome Jinga vem assim grafado em relatos das congadas e cantos populares do Brasil de ontem e de hoje, como se lê nos versos recolhidos por Câmara Cascudo.

17. Depois da Restauração, Portugal só assina a paz com a Espanha em 1668 e com a Holanda em 1669. Em 1656, o Ultramarino advertia ser necessário defender Angola “contra o desejo que os castelhanos, ingleses e holandeses tem de nos tirarem os negros e os levarem às Índias, às Barbadas e a outras partes”. Ver “Representação do Conselho da Fazenda...”, 23 maio 1656, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Manuscritos da Livraria*, liv. 1146, p. 63.

18. Seguindo nesse ponto José Mathias Delgado, comentador de Cadornega, chamo os colonos luso-africanos enraizados em Angola de “angolistas” para diferenciá-los dos nativos, os angolanos, e, sobretudo, para bem marcar a especificidade de seus interesses frente aos reinóis e brasílicos ali estabelecidos. Considero também como

“historiadores angolistas” os autores portugueses identificados com a tradição luso-angolana (Cadornega no século XVII, Ralph Delgado, J. Mathias Delgado, Ruella Pombo e Gastão Sousa Dias no século XX). Antônio de Oliveira de Cadornega, *História geral das guerras angolanas* [1680] (doravante *HGGA*), 3 v. Ed. anot. de J. M. Delgado (v. 1 e 2) e Manuel Alves da Cunha (v. 3). Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca, Agência Geral das Colónias, 1972, v. 1, pp. 322-4, nota 1. Penso que Silva Correa, marcado pelo pombalismo e pelo Atlântico Sul, não se inclui nessa categoria. xxx

19. Sobre a discussão a respeito de “mocambo” e “quilombo” na serra da Barriga, concordo com John Thornton e Silvia Lara quanto à distinção entre Palmares e o *quilombo* dos jagas. E acrescento três argumentos de minha comunicação “Quilombos: dimensão histórica, África no século XVII”, no encontro Palmares 300 Anos, Fundação Cultural Palmares, São Paulo, novembro de 1994: a) não há traço do uso pelos palmaristas da machadinha, arma principal dos jagas/imbangalas; b) o nomadismo dos jagas os levava a se desembaraçarem das crianças, enquanto os palmaristas, muito menos itinerantes, criavam os seus filhos; c) muitas pessoas — cabos de guerra veteranos de Angola, ex-governadores daquela colônia, como Negreiros e Fernandes Vieira, ou conselheiros palatinos com experiência na África Centro-Occidental — podem ter atribuído verbalmente o nome “quilombo” a Palmares bem antes de a primeira menção aparecer escrita, em 1687. Como Palmares celebrizou-se, o substantivo se tornou mais conhecido, embora a palavra “mocambo” continuasse a ser usada no Brasil (em 1757, Loreto Couto só fala de “mocambo” em Palmares e alhures). Ou seja, a mudança de “mocambo” para “quilombo” não tem significado particular na evolução de Palmares. Cf. Stuart B. Schwartz, *Slaves, Peasants and Rebels: Reconsidering Brazilian Slavery* (Urbana: University of Illinois Press, 1992); John K. Thornton, “Les États de l’Angola et la formation de Palmares (Brésil)”, *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 63, n. 4 (2008), pp. 769-797; Silvia Lara, “Palmares & Cucaú”, pp. 233-236.

20. Francisco Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966, 10 v., v. 4, pp. 44-45; “Relação das guerras feitas”, pp. 309-310; “Desagravos do Brazil”, v. 25, pp. 87-88.

21. Nessa segunda governança de Pernambuco, Negreiros será sucedido por Bernardo de Miranda Henriques (1667-1670), que estivera em Angola entre 1652 e 1653, no governo de seu tio, Rodrigo de Miranda Henriques.

22. Em 1677, Relatório de 28 jun. 1677, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (doravante BNRJ), Seção de Manuscritos, cód. II-33, 4, 32; e Relatório de 20 ago. 1679, Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), ACL, CU, 015, cx. 12, doc. 1150.

23. “Carta de Francisco de Távora a El-rei”, Luanda, 27 jul. 1671, AHU, *Angola*, cx. 10/43; J. A. Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira 1613-1681*, 2 v. Recife: Imprensa Universitária do Recife, 1967, v. 2, p. 226; Stuart B. Schwartz, *A Governor and His Image in Baroque Brazil: The Funeral Eulogy of Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça by Juan Lopes Sierra*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979, p. 44.

24. Em 1689, João de Lencastre, governador de Angola que será governador-geral do Brasil, escreve ao arcebispo da Bahia, d. Manuel da Ressurreição, governador-geral do Brasil, pedindo “com toda instância” duzentos soldados e cinquenta cavalos. Por falta de verbas, apenas cinquenta soldados e alguns cavalos serão enviados a Angola, doc. de 28 jul. 1689, AHU, ACL-N-Baía, doc. 35531.

25. Em 1798, um militar português escrevia a respeito do Soyo (ou Sonho): “Ali foi derrotado inteiramente, e inteiramente vencido, e morto todo um grande exército português que ali se perdeu, do qual a artilheria se conserva ainda no mesmo poder do Sonho”. O oficial sustenta que a posse dos dois canhões pelo Soyo não tinha maior significação: “mandando este príncipe [do Soyo] oferecer ao governador de Angola, Antonio de Vasconcellos, [que] mandasse buscar a artilheria de S. M. que ali se achava, lhe respondeu [o governador], que S. M. tinha muita artilheria, e como aquela tinha sido tomada em campo de batalha, quando S. M. quisesse, ou tivesse motivo urgente, mandaria outro exército revendicá-la”. Sua explicação deve ser entendida de outra maneira: cem anos depois de Kitombo os portugueses ainda não tinham poder suficiente para recuperar a artilheria conquistada em 1670, e ostentada como troféu de guerra pelo Soyo. Cf. “Noticias do Paiz de Quisama e do Exército que foi a castigar os gentios daquela província, pelos insultos por elles commetidos [...] aos vassallos de S. M. moradores na Cidade de S. Paulo, Reino d’ Angola, e nos das margens do Rio Quanza” [1798], *Annaes Marítimos e Coloniaes*, n. 4, 6ª série, Parte não Official, Documentos Inéditos, Lisboa, 1846, pp. 119-127, p. 123.

26. AHU, *Angola*, cx. 9/55, doc. de 10 out. 1666; Antônio Brásio, *Monumenta Missionaria Africana* (doravante MMA), 1ª série (África Centro-Occidental), 15 v. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1953-88, v. 13, pp. 44-5. O pagamento foi feito cinco anos depois, quando o governador Francisco de Távora

tentava apaziguar Angola depois da expulsão do governador Tristão da Cunha. Jorge de Albuquerque havia participado de guerras ultramarinas, tendo ocupado, entre outros postos, o de capitão geral do Ceilão.

27. *Mercurio Portuguez*, Biblioteca Nacional de Lisboa (doravante BNL), Res., 111-112 (V); MMA, v. 12, pp. 575-581.

28. Michelangelo Guattini e Dionigi Carli, *Viaggio nel Regno del Congo* [1668], trad. francesa: *La Mission au Kongo & en Angole des pères Michelangelo Guattini et Dionigi de' Carli (1667-1671)*, prefácio de John Thornton (Paris: Chandeigne, 2006), p. 129. Frei Carli, que redige essa parte do relato, escreve que conversou com um soldado português que pretendia ter cortado a cabeça de Vita-a-Nkanga em Ambuíla.

29. “Relação da mais glorioza e admirável victoria que alcançarão as armas de ElRey [...] contra ElRey de Congo governando o senhor André Vidal de Negreiros”, MMA¹, v. 12, pp. 582-591.

30. *Relaçam do Felice successo, que conseguirão as armas [...] governadas por Francisco de Távora, Governador, e Capitão General do Reyno de Angola contra a Rebelião de Dom João Rey das Pedras & Dongo no mez de Dezembro de 1671*. Lisboa: À custa de Miguel Menescal, s.d., mas impresso em 1672; e MMA¹, v. 13, pp. 143-152.

31. “Rellação Verdadeyra da Guerra que se fez aos Negros Leuantados do Palmar, governando estas Capitanias de Pernambuco o senhor Gouvernador e Capitam-Geral Cayetano de Mello de Castro no Anno de 1694: da felliz vitoria que Contra o ditto Jnimigo Se alcanssou”, editada e comentada por Maria Lêda Oliveira, “A primeira Rellação”, pp. 251-324.

32. Miguel Eduardo Lobo de Bulhões, *Les Colonies portugaises: Court exposé de leur situation actuelle*. Lisboa: Imprimerie Nationale, 1878, p. 19. Lobo de Bulhões, escritor e economista português, era membro da Academia de Ciências de Lisboa.

33. “Relação das guerras feitas”, p. 312; e “Rellação Verdadeyra”, p. 305.

34. AHU, Angola, cx. 10/71, doc. de 21 ago. 1672.

35. Sobre o caso, ver Alencastro, *O trato dos viventes*, pp. 297-300.

36. “Rellação Verdadeyra”, pp. 321-322.

37. Concluído em 1680 e publicado em 1940 em Portugal, o manuscrito do livro de Cadornega circulou na Europa desde o século XVIII, como o demonstram as cópias existentes na Bibliothèqu Nationale de France em Paris e na British Library. Cf. C. R. Boxer, “A História de Cadornega no Museu Britânico”, *Boletim Cultural do Museu de Angola*, Luanda, n. 1 (1960), pp. 73-80; e Beatrix Heintze, *Studien zur Geschichte*

Angolas im 16. und 17. Jahrhundert: Ein Lesebuch (Colônia: Rüdiger Köppe, 1996), pp. 48-58.

38. *HGGA*, v. 1, pp. 8-9.

39. *Ibid.*, pp. 13-4.

40. Coata-coata = *kuata-kuata*, “agarra-agarra”, ou “pega-pega”, do verbo quimbundu, *kikuata* = agarrar. *HGGA*, v. 2, pp. 105-6, nota 2. Cabe lembrar que Portugal é o único país europeu que organizou, junto com os brasílicos, expedições oficiais, regulares, em larga escala, de captura de africanos para escravização e suprimento do tráfico negreiro.

41. “Carta da câmara de Luanda”, 7 dez. 1665, AHU, *Angola*, cx. 8/128.

42. Oliveira, “A primeira *Rellação*”, p. 268 e nota 47.

43. Alencastro, *O trato dos viventes*, pp. 262-306, 338-340, 369-370; Roquinaldo Ferreira, “O Brasil e a arte da guerra em Angola (sécs. XVII e XVIII)”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 39 (2007), pp. 1-24.

44. Ferreira, “O Brasil e a arte da guerra”, p. 7. A saudosa Maria de Fátima Gouveia, em comunicação pessoal, havia me indicado a existência de uma expedição militar saída de Pernambuco e Bahia para Moçambique no final do século XVII. Contudo, o índice geral da correspondência com a Índia, à qual se integrava o governo de Moçambique, disponível on-line (ainda acessível em abril de 2009) em <www.ippar.pt/sites_externos/bajuda/htm/catalog/india/ind01.htm>, não traz referência a tal expedição.

45. Roquinaldo Ferreira estudou o assunto na sua tese e no artigo indicado acima. Note-se que nem todos os soldados aquartelados em Luanda sabiam cavalgar. Ainda que soubessem, nem todos se adaptavam aos cavalos do Brasil, habituados a serem montados sem sela e jamais ferrados (só se começou a ferrar cavalos no Brasil no século XVIII). Desde logo, os cavaleiros de Pernambuco e Bahia ganhavam maior relevo nas batalhas angolanas. De todo modo, um comércio regular envolvendo a troca de cavalos por escravos nunca vingou no Atlântico Sul. Por uma razão simples: os importadores desses animais eram unicamente o governo e as forças militares de Angola. Irregular, impositiva e às vezes insolvente, tal demanda não se equiparava à dinâmica capitalista da demanda de escravos no Brasil.

46. Hebe Mattos, “‘Black Troops’ and Hierarchies of Color in the Portuguese Atlantic World: The Case of Henrique Dias and His Black Regiment”. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v. 45, n. 1 (2008), pp. 6-29.

47. Roquinaldo Ferreira nota que, embora Angola não fosse um dos destinos dos degredados no século XVI, a colônia africana virou o principal lugar de envio dos condenados ao degredo, em geral reinóis e madeirenses (condenados ou deportados, como os ciganos), na segunda metade do século XVII. Sobre a infantaria, os mulatos e a “guerra preta” em Angola, ver, ainda, Roquinaldo Ferreira, “Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800”, Tese de Doutorado, University of California, Los Angeles, 2003, pp. 144-182.

48. A respeito dos “jagas”, seguindo o estudo pioneiro de Joseph C. Miller, considero que se tratava na maior parte de gente imbangala. Mas continuo usando o denominativo para os grupos de guerreiros itinerantes assim designados nos séculos XVII e XVIII. Para Cadornega, “jaga” não indica um povo qualquer, mas uma “profissão” de guerreiro nômade (*HGGA*, v. 2, p. 179). E Silva Correa confirma, um século depois: “os jagas [...] gente belicosa e ambulante que admitem variedade de nações, e debaixo do mesmo nome se entendem os governadores e os governados que forma este corpo”. Correa, *História de Angola* [1782], 2 v. Lisboa: Ática, 1937, v. 2, p. 50. Dois artigos recentes retomam a discussão: Jan Vansina, “On Ravenstein’s Edition of Battell’s Adventures in Angola and Loango”, *History in Africa*, Cambridge, n. 34 (2007), pp. 321-347; e Beatrix Heintze, “The Extraordinary Journey of the Jaga Through the Centuries: Critical Approaches to Precolonial Angolan Historical Sources”, *History in Africa*, Cambridge, n. 34 (2007), pp. 67-101.

⁴⁹ . *HGGA*, v. 1, pp.403-407.

50. *Arquivos de Angola*, Luanda, 2ª série, v. I (3-6), 1943-1944, pp. 136-7, 193-4; *Livro de patentes do tempo do senhor Salvador Correia de Sá e Benevides*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola, 1969, p. 95.

51. Barão de Studart, “Documentos para a História do Brasil”, docs. de 15 jun. e 26 set. de 1684, pp. 112-114, id., “Documentos para a história do Ceará”, *RTIC*, v. 42, 1928, pp. 103-105.

52. Id., “Documentos para a história do Ceará”, *RTIC*, v. 37 (1923), pp. 134-136.

53. Schwartz, *A Governor and His Image*, pp. 48, 67, 79, 86-7.

54. “Consulta do Conselho Ultramarino sobre Manoel de Inojosa”, 18 set. 1677, AHU, ACL, N, Baía, doc. 34576, Conselho Ultramarino, cód. 245 (1675-1695), doc. 52, 17 nov. 1677; sobre esse ciclo de guerras, Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros*, pp. 107-116.

55. Sobre esse episódio, Puntoni, *A Guerra dos Bárbaros*, pp. 120-121.

56. O informante foi o capitão Jorge Soares de Macedo, vindo do reino para a Bahia em 1673, comissionado para o descobrimento de minas e que teria envolvimento na ocupação de Colônia do Sacramento. Cf. “Consulta do Conselho Ultramarino sôbre Manoel de Inojosa”. Borges da Fonseca escreve que Manoel era bisneto do sargento-mor Jerônimo de Inojosa, importante comandante da guerra brasileira. Manoel não alude ao parentesco nas suas petições e numa delas informou que era “soldado pobre”. Cf. AHU, ACHL, N, Baía, doc. 34576, Conselho Ultramarino, cód. 245, doc. 52, 17 nov. 1677; e AHU, ACHL, CU 015, cx. 13, doc. 1312, 7 set. 1684; Antônio Borges da Fonseca, “Nobiliarquia pernambucana” [1748]. *Annaes da Bibliotheca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 47 (1935), p. 80. Em *O trato dos viventes*, p. 338, escrevi equivocadamente que Manoel era filho de Jerônimo de Inojosa.

57. A partir dos relatórios de Inojosa, de João Fernandes Vieira e de outras pessoas com “inteligência e notícia” sobre Palmares, o Conselho Ultramarino decidiu dar guerra aos quilombolas, “até se extinguirem ou reduzirem”. Cf. doc. de 28 jun. 1677, BNRJ, Seção de Manuscritos, cód. II-33, 4, 32.

58. As expedições de 1679 e 1680 foram comandadas por Manoel Lopes e a de 1681, de novo, por Fernão Carrilho. Loreto do Couto diz que “Mayoyo” foi capturado por João Martins, sargento-mor dos Henriques. Silvia Lara assinala a captura do chefe palmarista “Moioio” (para a grafia “Majojo”, reporto-me ao documento impresso na revista citada, Barão de Studart, “Documentos”, *RTIC*, v. 36 (1922), docs. de 15 jun. e 26 set. de 1684, pp. 112-3, 1922). “Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco”, v. 25, pp. 107-108; Silvia Lara, “Palmares & Cucaú”, pp. 198-200. Supondo que a transcrição da revista esteja certa, Majojo é um nome intrigante. Um *damel* (soberano do Cajor), fantoche dos franceses nos anos 1860 no Senegal, se chamava Majojo. Mas em Moçambique há uma cidade chamada “Majojo”, e “mujojo” ou “majojo” designava traficantes muçulmanos de escravos oriundos das ilhas Comores. Haveria gente da África Oriental em Palmares? É improvável, mas não de todo impossível. Há registro de três navios chegados com escravos de Moçambique na Bahia, respectivamente em 1620, 1643 e 1644 (cf. Alencastro, *O trato dos viventes*, p. 198, nota 60), e navios da Índia que arribavam na Bahia podem ter desembarcado escravos de Moçambique na região.

59. A alegação de Inojosa é equivocada: em 1681 ele matou um chefe tido por Zumbi. Aliás, Loureto do Couto menciona a morte de Zumbi em três datas diferentes. A primeira, no ano de 1680, num ataque de Domingos Rodrigues Carneiro, mestre de campo dos Henriques. A segunda, no ano de 1681, numa investida do índio Sebastião Pinheiro

Camarão, mestre de campo dos Camarões. A terceira menção ocorre numa data não indicada, quando “Zumby”, “Príncipe do Palmar”, teria sido morto pelo crioulo Antônio Soares, recompensado com a alforria em 1697 (na realidade em 1696), fatos que coincidem com o contexto da morte de Zumbi em 1695. Cf. “Desagravos”, v. 25, pp. 98-99, 106, 108. Em todo caso, esse tipo de alegação difundia a ideia de que Zumbi era imortal. Para uma discussão sobre o nome de Zumbi, cf. Robert N. Anderson, “The Quilombo of Palmares: A New Overview of a Maroon State in Seventeenth-Century Brazil”, *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 28, n. 3 (1996), pp. 545-566, sobretudo pp. 560-562).

60. Barão de Studart, “Documentos”, *RTIC*, v. 36 (1922), pp. 112-113.

61. AHU, *Angola*, cx. 13/3 e cx. 14/27, docs. de 26 jan. 1685 e 18 jul. 1690.

62. O relatório de 1677 é conhecido, teve um resumo publicado por Décio Freitas, *República de Palmares: pesquisa e comentários em documentos históricos do século XVII* (Maceió: Edufal, 2004), e foi analisado, entre outros, por Thornton, “Les États de l’Angola et la formation de Palmares”, pp. 776-778, 781; e Lara, “Palmares & Cucaú”, pp. 25-27. Para o relatório de 1689, a única referência de que disponho é a matéria da *Folha de S. Paulo*, mencionada na nota 65. Curiosamente, com tantos especialistas sobre o tema pesquisando na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, esse documento importante para a história do Brasil não foi ainda, pelo que sei, transcrito na sua integralidade. Tratar-se-á de um texto forjado, como pensa um grande especialista de Palmares?

63. Angelo Cruz chegara a Luanda com a expedição trazida do Rio de Janeiro por Antônio Juzarte de Almeida. Participou em vários combates no sertão angolano com Luís Lopes Siqueira, em seguida foi capitão-mor de Pungo Andongo. AHU, *Angola*, cx. 10/67, doc. 13 maio 1672 e cx. 14/27, doc. 18 jul. 1690.

64. Benguela está sendo bem estudada e sua importância para o Brasil se confirma. Cf. José C. Curto, “Luso-Brazilian Alcohol and the Legal Slave Trade at Benguela and Its Hinterland, c. 1617-1830”, in Hubert Bonin e Michel Cahen (orgs.), in: *Négoce blanc en Afrique noire: l’évolution du commerce à longue distance en Afrique noire du 18^e au 20^e siècles* (Paris: Société Française d’Histoire d’Outre-Mer; Difusión Alterna, 2001), pp. 351-369; Ferreira, “Transforming Atlantic Slaving”, pp. 70-143; Mariana P. Candido, “Enslaving Frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela”, Tese de Doutorado, Toronto, York University, 2006; id., “Merchants and the Business of the Slave Trade at Benguela, 1750-1850”, *African Economic History*, Madison, n. 35(2007), pp. 1-30; id.,

An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and Its Hinterland (Cambridge: Cambridge University Press, 2013).

65. Inojosa se tornou conhecido por causa de seus relatórios, resumidos e divulgados numa substancial matéria da *Folha de S.Paulo*, que traça um perfil igualitário da sociedade palmarista e constância dos quilombolas no combate. “Cada um tem as mulheres que quer [...]”; “entre eles tudo é de todos, e nada é de ninguém [...]”. Trata-se de reportagens de Aureliano Biancarelli e Jair Rattner publicadas em 12 de novembro de 1995, no terceiro centenário da morte de Zumbi. As reportagens sobre os dois relatórios são facilmente acessadas on-line em: <www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/zumbi_12.htm> e <www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/zumbi_15.htm>.

66. Para ficar só em exemplos recentes, no seu estudo sobre Palmares, o primeiro a ser escrito por um africanista especialista da África Centro-Occidental, John Thornton classifica Manoel de Inojosa como “fazendeiro” (*planteur*), enquanto Silvia Lara, na tese de titulação em que faz uma análise inovadora sobre o pacto de 1678 e Cucaú, refere-se a Inojosa de maneira singela, identificando-o apenas como “português”: “esse português era homem experimentado no combate aos índios da Bahia”. Puntoni, em *A Guerra dos Bárbaros*, havia assinalado que Inojosa servira em Angola.

67. Chamo de “Arquipélago de Capricórnio” a sequência de portos negreiros africanos e enclaves de plantações sul-americanas dos séculos XVI-XIX, os quais, unidos pelas trocas bilaterais em torno do anticiclone de Santa Helena (também denominado anticiclone de Capricórnio), embasaram a formação social escravista e negreira que incorpora em seguida outros enclaves fundados no cativeiro indígena (São Paulo e o estado do Grão-Pará e Maranhão) para dar lugar ao Brasil.

68. Reconhecendo a “experiência e possibilidade” de João Fernandes Vieira, que incluía, como ficou dito, seus combates no Brasil contra os holandeses e sua governança em Angola, o Conselho Ultramarino decidiu confiar-lhe o comando de uma grande expedição contra Palmares. Tal não ocorreu em razão dos conflitos que opunham Fernandes Vieira ao governador de Pernambuco, Pedro de Almeida. Doc. de 28 jun. 1677, BNRI, Seção de Manuscritos, cód. II-33, 4, 32. Sobre o conflito entre Vieira e o governador, “Consulta do Conselho Ultramarino”, 19 out. 1677, AHU, ACL, CU, 015, cx. 11, doc.1093.

69. Documento transcrito pela *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambucano*, Recife, n. 42 (1891), e reproduzido tal qual, com data

errada e palavras truncadas, em Clóvis Moura, *Dicionário da escravidão negra no Brasil* (São Paulo: Edusp, 2005), pp. 109-110. Consultei o documento original, de onde extraí a citação acima. Cf. “Carta ao governador de Pernambuco”, de 17 nov. 1683, AHU, *Conselho Ultramarino*, cód. 256.

70. “Relação das guerras”, p. 314.

71. Carta para a Câmara da capitania do Rio Grande, 24 mar. 1681, em “Dezenove documentos sobre os Palmares pertencentes à Colleção Studart”, *RTIC*, v. 20 (1906), p. 270.

72. Sebastião da Rocha Pita, *História da América portuguesa* [1730]. São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1976, pp. 213-219.

73. “Relação das guerras”, p. 305. Thornton, “Les États de l’Angola et la formation de Palmares”, p. 775, também sublinha as fugas em massa durante a ocupação holandesa.

74. Francisco de Brito Freyre, *Nova Lusitânia, história da guerra brasileira* [1675]. São Paulo: Beca, 2001, p. 284.

75. Silvia Lara recapitula negociações anteriores entre quilombolas e autoridades coloniais, observando que a palavra “tratado” ou “pacto” não consta no documento do governador Souza de Castro, o qual intitula o acordo de 1678 como um “papel”. Cf. Lara, “Palmares & Cucaú”, pp. 41-64. Sobre Carrilho, Fabiano Vilaça dos Santos, “Feitos de armas e efeitos de recompensa: perfil do sertanista Fernão Carrilho”, <www.klepsidra.net/klepsidra19/fernaocarrilho.htm>, acessado em jul. 2018.

76. Documento em mau estado de conservação, doc. 4 fev. 1678, AHU, ACL, CU 015, cx. 11, doc. 1103, doc. 22 jun. 1678, AHU, ACL, CU 015, cx. 11, doc. 1116, doc. 19 jul. 1678, AHU, ACL, CU 015, cx. 11, doc. 1124; transcrição em Lara, “Palmares & Cucaú”, Anexo 2, pp. 237-239. Agradeço a Paul Lovejoy e José Curto a discussão que tivemos sobre esse tema nas duas semanas de abril 2009 em que fui professor visitante no Harriet Tubman Institute da Universidade York (Toronto), no quadro da convenção Sorbonne-York.

77. “Bando do sargento-mor Manoel Lopes”, 26 mar. 1680, “Dezenove documentos sobre os Palmares...”, *RTIC*, t. 20, 1906, pp. 268-269.

78. Carta de 27 nov. 1692, in: “Dezenove documentos sobre os Palmares”, pp. 284-286.

79. “Rellação Verdadeyra”, p. 318. Como observa Maria Lêda de Oliveira, essa é a passagem que originou a lenda do suicídio de Zumbi e de seus guerreiros.

80. Conde da Ericeira, *História de Portugal restaurado* [1679 e 1698]. Lisboa: Officina de Domingos Rodrigues, 1751 (1ª parte), pp. 295-296.

81. A família Távora, citada no começo da *Relaçam*, estava colecionando títulos. O irmão mais velho de Francisco de Távora, Luís Álvares de Távora, terceiro conde de São João da Pesqueira, também companheiro de armas de Ericeira na Guerra do Alentejo, foi elevado a primeiro marquês de Távora em 1669. Francisco de Távora seria vice-rei da Índia (1681-6), primeiro conde de Alvor (1683) e presidente do Conselho Ultramarino (1686).

82. Pereira da Costa transcreve o poema separando os versos, sem estrofes. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 4, pp. 27-30.

83. Luiz Mott, num estudo pioneiro sobre santo Antônio, patrono dos capitães de mato, cita esse poema, organizando-o em estrofes de cinco versos. Tal apresentação desfaz a arte literária da décima e modifica o sentido dos versos. Ao contrário de Mott, que segue a sugestão de Pereira da Costa, penso que o poema parodia uma petição, mas não constitui um autêntico “requerimento” ao Conselho Ultramarino. Luiz Mott, “Santo Antônio, o divino capitão-do-mato”. In: João Reis e Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio*, pp. 110-138. Clóvis Moura também toma os versos como um requerimento formal ao Ultramarino. Suas observações baseiam-se noutra transcrição, sem estrofes, mas com rimas decimadas, citada por Pereira da Costa no *Folclore pernambucano*, onde consta também uma décima suplementar inserida entre a primeira e a segunda estrofes:

Falta um justo conselheiro

Que por comum liberdade

Ante Vossa Majestade

Vá com zêlo verdadeiro

Qual o grande cavaleiro

Egas Moniz em que igual

Foi valor e zêlo tal

Que vendo a pátria oprimida

Arriscou a própria vida

Pelo bem universal

Essa décima quebra a sequência narrativa e pode ter sido inserida mais tarde no poema. Por isso, guardei a versão com cinco estrofes, referida nos *Anais pernambucanos*. Talvez essa décima suplementar, que exprime uma queixa mais geral sobre a insensibilidade dos conselheiros do Ultramarino, tenha sido usada em outras sátiras peticionárias. Moura, *Dicionário*, pp. 423-424.

84. De fato, os versos não são todos octossilábicos, como na espínela, e a segunda décima segue as rimas *abbaaccdda*.

85. José Maria Tenório Rocha, “Cantoria de viola: Expressão de alegria e esperança do povo nordestino”. *Oralidad*, Havana, n. 4, 1992, pp. 7-15; Roberto Fernández Retamar, “Algunos problemas teóricos de la literatura hispano-americana”. *Revista de Crítica Literaria Latinoamericana*, Lima, v. 1 (1), 1975, pp. 7-38; Peter Manuel, “The Guajira between Cuba and Spain: A Study in Continuity and Change”. *Latin American Music Review/Revista de Música Latinoamericana*, Austin, v. 25, n. 2 (2004), pp. 137-162.

86. Por ordem de 13 de setembro de 1685 do governador de Pernambuco, João da Cunha Souto Maior, abriu-se assento de praça a santo Antônio a fim de levá-lo para a Guerra dos Palmares. O pagamento do soldo e do fardamento do “soldado” santo Antônio era regularmente entregue ao convento de São Francisco, em Olinda. Trazida pelo capelão dos expedicionários, o franciscano André da Anunciação, a imagem do santo esteve em Palmares até o final dos combates, quando regressou com a tropa para Recife. Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 4, pp. 27-30. Santo Antônio foi também o patrono das milícias dos bandeirantes e de Manoel de Inojosa que massacraram os índios do rio Paraguaçu.

87. Frei Antonio da Conceição, “Tratado dos Rios de Cuama” [1696], in *O Chronista de Tisuary*, jornal mensal editado na Índia por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, Nova Goa, v. II, n. 15 (1867), pp. 39-45, 63-69, 84-92, 105-111, p. 84.

88. Note-se que em Portugal, Bluteau dava outros significados à palavra “paulista”: “religioso da Ordem de S. Paulo Eremita, § Em Coimbra, Collegial de S. Paulo”. Prova que o gentílico seiscentista da América portuguesa servindo para designar os moradores de Piratininga ainda não era corrente na metrópole.

89. Carta de 10 nov. 1691, in “Dezenove documentos sobre os Palmares”, pp. 273-275.

90. Sabe-se que no Paraguai, ainda nos dias de hoje, bandeirante é sinônimo de bandoleiro.

91. Carta de 19 dez. 1691, in “Dezenove documentos sobre os Palmares”, pp. 278-280.

92. Por causa dos reides dos palmaristas, diz a “Relação das guerras”, p. 307, “se despovoavam os lugares circunvizinhos e se despejam as capitanias adjacentes”. Tais terras foram prometidas a Jorge Velho e seus homens. Porém, quando Palmares foi destruído os proprietários voltaram para suas sesmarias.

93. Como se sabe, Domingos Jorge Velho e seus homens não foram direto de São Paulo para Palmares. Na verdade, eles já estavam estabelecidos, desde 1679 ou 1680, na região situada entre o atual município de Parambu (CE) e Teresina (PI), onde “tinham feito suas povoações com suas habitações, com suas criações, tanto dos vacuns como cavalares ou ovelhuns, e cabruns etc., e faziam suas lavouras”. “Carta de sesmaria conferida [...] a D. Jerônima Cardim Fróis, viúva do mestre-de-campo D. Jorge Velho, Recife de Pernambuco”, 3 jan. 1705, Pereira da Costa, *Anais pernambucanos*, v. 5, pp. 75-80.

94. “Desagravos do Brazil”, v. 25, p. 190.

95. “Carta autografa de D. Jorge Velho escrita do Outeiro da Barriga” [15 jul. 1694]. In: Ennes, *As guerras nos Palmares*, pp. 66-9, 79-80, 123, 135. John Thornton reduz o contencioso sobre as terras vizinhas de Palmares ao desejo dos paulistas de terem suas mulheres perto de si. Thornton, “Les États de l’Angola et la formation de Palmares”, p. 783, nota 67.

96. Francisco Adolfo de Varnhagen, *História geral do Brasil*, 10ª. edição, v. 2, t. 3, p. 98.

97. No momento em que a cobiça pelas terras quilombolas volta à ordem do dia no Brasil, os pesquisadores deveriam dar mais atenção à questão fundiária aqui abordada no contexto do século XVII. Mas é preciso deixar de lado o anacronismo da discussão sobre a “disponibilidade de terras” e as teorias de Wakefield.

98. Sobre o tema do uso dos índios nas batalhas coloniais, Stuart B. Schwartz, “Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas”, *Afro-Ásia*, Salvador, n. 29/30 (2003), pp. 13-40.

99. O termo “Angola Janga” e sua tradução por “Angola Pequena” aparecem numa carta de Domingos Jorge Velho. A tradução foi questionada por Robert Anderson, baseado em dicionários atuais de kikongo e kimbundu, e, na mesma linha, por John Thornton. Porém, Jorge Velho reproduz o que ouviu na época de gente entendida de dialetos africanos falados em Palmares e alhures em Pernambuco e Alagoas. Não faz sentido contrapor sua tradução seiscentista de sertanejo experiente às definições de

dicionaristas e linguistas contemporâneos. Domingos Jorge Velho ao rei, c. 1695, in: Ennes, *As guerras nos Palmares*, pp. 316-344; Anderson, “The Quilombo of Palmares”, pp. 545-566; e Thornton, “Les États de l’Angola et la formation de Palmares”, p. 774, nota 21.

100. Malafo, malavo, marufo, maruvo, do kikongo *ma-lávu*, vinho de palma, extraído, entre outras, da palmeira *mateba* ou *matebeira* (*Hyphoene guineensis*), da palmeira *ditombe* ou *bordão* (*Raphia textilis*). Também se faz malafo da *Elaeis guineensis*, a palmeira de dendê, depois transplantada da África para o Brasil. Mas não havia dendezeiro em Palmares nessa época. Havia, entretanto, a palmeira catulé, como se verá a seguir. O coqueiro propriamente dito (*Cocos nucifera*), trazido com o sucesso que se vê da Oceania para o Brasil, não existe em larga escala no território angolano. Cadornega distingue o “malafo”, vinho de palma da terra, do “malufo”, vinho português importado, *HGGA*, v. 3, pp. 357-359.

101. Joseph C. Miller, “The Imbangala and the Chronology of Early Central African History”. *Journal of African History*, Cambridge, v. 13, n. 4 (1972), pp. 549-74, p. 572; e Beatrix Heintze, *Fontes para a história de Angola do século XVII*, 2 v. Wiesbaden: Steiner, 1985, v. 1, p. 121. As funções cerimoniais do malafo se perpetuam até hoje em Angola com a sua distribuição no *alembamento* (entrega do dote do noivo à família da noiva) e na *maka*.

102. E. G. Ravenstein, *The Strange Adventures of Andrew Battell of Leigh, in Angola and the Adjoining Regions* [1589]. Londres: The Hakluyt Society, 1901, p. 30.

103. Anônimo, *História do reino do Congo* [c. 1625]. Ed. de pde. A. Brásio. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969, p. 40, nota 2.

104. Cadornega, *HGGA*, v. 3, pp. 357-9.

105. Carta do padre Baltasar Afonso, 19 jan. 1585, *MMA*¹, v. 3i, pp. 311-313; Anônimo, *História do reino do Congo*, p. 40; *MMA*¹, v. 15, p. 476; “Consulta do Conselho Ultramarino”, 4 set. 1655, AHU, Angola, cx. 6/ 25 e cx. 6/27.

106. Várias palmeiras nativas do Brasil, e em particular do Nordeste, são chamadas catulé ou catolé, como, por exemplo, a *Rhapis pyramidata*, a *Attalea humilis*, também chamada anajá-mirim, e a *Attalea oleifera*.

107. “[...] Vinho de palma, da sorte que se usa na Cafraria, de que se pode fazer muita quantidade, por abundar a terra de semelhantes plantas; também o vinho que se faz dos coqueiros, da seiva que se tira dêles, tão usado na Índia, do qual os moradores desta terra ainda se não aproveitam [...]”, Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das*

grandezas do Brasil [1618] (Salvador: Progresso, 1956), “Diálogo quarto”, p. 51.

108. “Diário da viagem do capitão João Blaer aos Palmares em 1645”. In: Leonardo Dantas Silva, *Alguns documentos para a história da escravidão*. Recife: Massangana, 1988, p. 23; “Relação das guerras”, pp. 303-304.

109. Silvia Lara relaciona a presença das palmeiras em Cucaú com o significado dos palmerais na África Centro-Occidental. Lara, “Palmares & Cucaú”, p. 195.

110. Ver, por exemplo, o quilombo de Conceição das Crioulas (PE), alegadamente fundado no início do século XVIII por mulheres refugiadas de Palmares, <www.incra.gov.br/sites/default/files/conceicao_das_crioulas-pe_26-10-16_miolo_0.pdf>, acessado em out. 2017. Sem contar o fato de que catulé ou “catolé” é ainda em Pernambuco uma “dança de roda no final dos pastoris, executada por dois figurantes tradicionais” (Houaiss). O que deixa pistas para um estudo etnográfico sobre a correlação palmeira catulé-comunidade rural-festejos, dentro e fora da cultura quilombola.